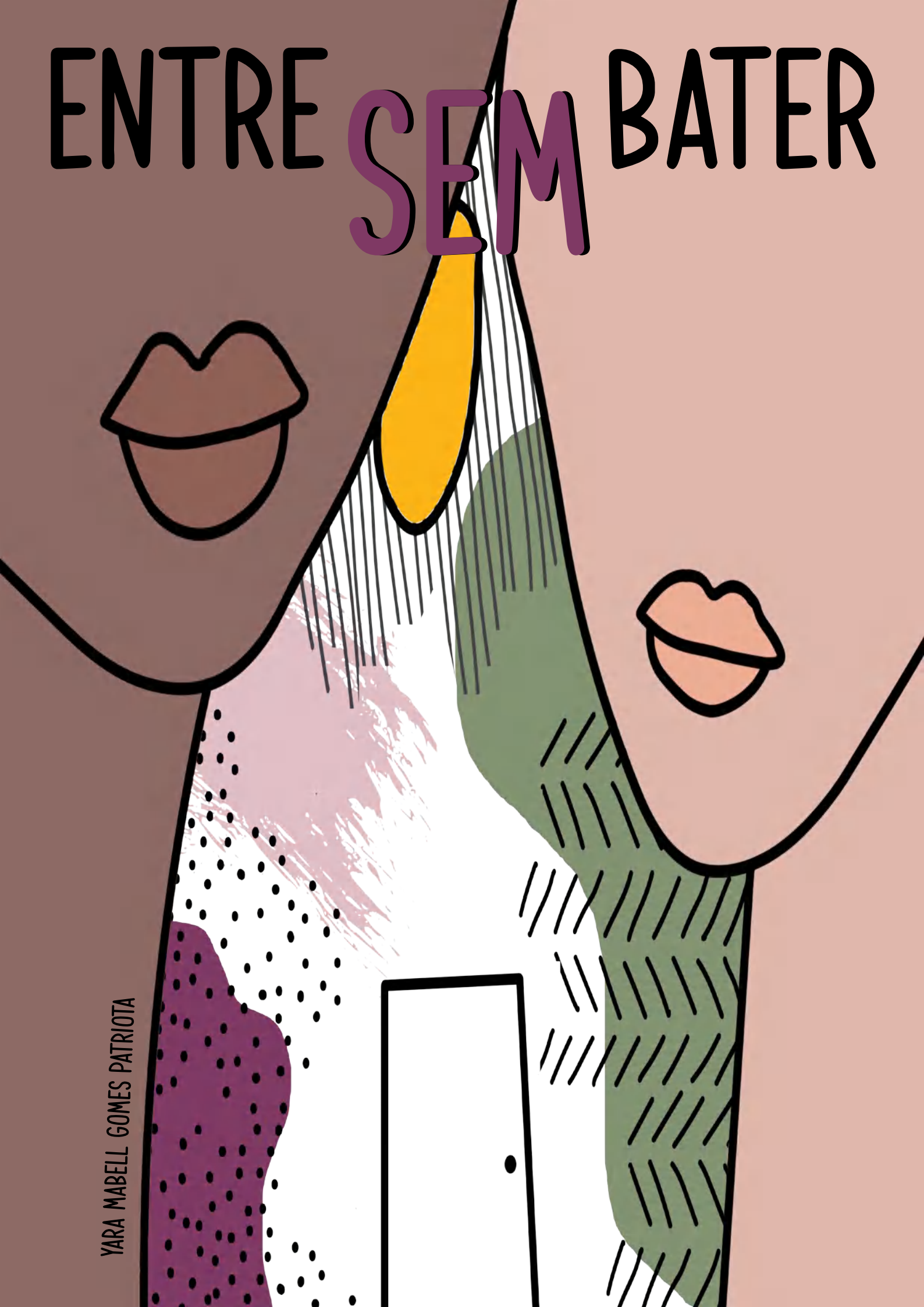


ENTRE SEM BATER



YARA MABELL GOMES PATRIOTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.057940/2021-97

O Trabalho de Conclusão de Curso “**ENTRE SEM BATER: ANTEPROJETO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CAMPINA GRANDE-PB**”, foi apresentado por **YARA MABELL GOMES PATRIOTA**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 21 de OUTUBRO de 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. **MIRIAM DE FARIAS PANET**
Orientadora – Presidente

Prof^ª. Dr^ª. **TACIANA LIMA DE ARAÚJO**
Examinadora Interna

Prof.^ª Me. **NATÁLIA AURÉLIO DE SÁ**
Examinadora externa



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE FARIAS PANET, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/10/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **TACIANA LIMA ARAUJO, PROFESSOR 3 GRAU**, em 21/10/2021, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natália Aurélio de Sá, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1865887** e o código CRC **E84E2F3D**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os espíritos de luz que me acompanharam nessa jornada, onde mesmo quando me sentia só - que foi grande parte do tempo - sabia que eles me protegiam e me guiavam, sem me desamparar. Agradeço a minha mãe e meu irmão, Mazé e Yuri Patriota, que indiscutivelmente são a maior parte responsável por me fazer concluir esta etapa. Tudo que era possível - e até o impossível - vi e senti fazerem por mim, amo vocês. Agradeço a família De Lima Paulo, especialmente nas pessoas de Dilene e Mayara, que me acolheram e ajudaram durante todos os anos que estive em Campina Grande, e que se tornaram minha família também (alguns laços são para sempre). Agradeço a Well, por sempre acreditar na profissional que eu seria, até mais do que eu mesma, e por ter tornado essa caminhada leve e divertida, gravando para sempre o 1803 em minha memória.

Sou grata a minha orientadora Miriam Pannet, que foi generosa, paciente e acima de tudo respeitosa para comigo, sem suas sábias orientações este trabalho não estaria concluído. Agradeço a professora Natália Sá, por no quinto período da graduação ter me dito uma única frase que me faria não desistir de mim e da arquitetura, graças a suas palavras eu não parei por ali.

Por fim, agradeço ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, por ter provido meios através de programas sociais para que eu, advinda de escola pública pudesse entrar em uma universidade federal e vir a me torna arquiteta e urbanista.

RESUMO

A Casa-abrigo é um abrigo de longa duração (90 a 180 dias) designado para atender mulheres casadas ou solteiras, com filhos ou não, que foram vítimas de violência doméstica de qualquer tipo: física, psicológica, patrimonial, etc., com risco iminente de morte. A oficialização desta instituição como um serviço socio-assistencial só veio em 2009, após anos de luta do movimento feminista. A gama de pesquisa e produção deste tipo de espaço é pequena, e não há um modelo ou padrão que atenda todas as demandas. Vale salientar que a distribuição desta instituição pelo país não é capilarizada pelos interiores, como é o caso da Paraíba, onde conta com uma única unidade, na capital João Pessoa. Por isso, questiona-se a necessidade de maior atenção a este tipo de equipamento, bem como um maior raio de atendimento, ressaltando aqui sua importância na recuperação das mulheres e famílias que passaram ou passam por situações de violência doméstica. O aporte teórico teve apoio nas pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Entrevistas seriam feitas com as usuárias do CRAM para melhor entendimento das necessidades dessas mulheres, porém devido a pandemia do COVID-19 não foi possível realizá-las. Como em todo projeto de arquitetura, as demandas não acabam quando o resultado é entregue, por isso, a intenção da proposta era apresentar uma solução possível que atendesse a, se não todas, boa parte das necessidades, como também, expor um ponto de vista inusual do que é encontrado neste tipo de espaço, entendendo a arquitetura como um instrumento que transforma e viabiliza qualidade de vida e dignidade.

Palavras-chave: Arquitetura, violência doméstica, abrigo

ABSTRACT

The Shelter-Home is a long-term shelter (90 to 180 days) designed to assist married or single women, with children or not, who have been victims of domestic violence of any kind: physical, psychological, property, etc., at risk imminent death. The officialization of this institution as a socioassistance service only came in 2009, after years of struggle by the feminist movement. The range of research and production in this type of space is small, and there is no one model or standard that meets all demands. It is noteworthy that the distribution of this institution throughout the country is not capillarized by the interior, as is the case of Paraíba, where it has a single unit, in the capital João Pessoa. Therefore, the need for greater attention to this type of equipment is questioned, as well as a greater range of attendance, emphasizing here its importance in the recovery of women and families who have gone through or are going through situations of domestic violence. The theoretical support was based by bibliographical research and case studies. Interviews would be made with CRAM users for a better need understanding of women, but due to the COVID-19 pandemic it was not possible to carry them out.

As in any architectural project, the demands don't end when the result is delivered, therefore, the intention of the proposal was to present a possible solution that would meet, if not all, a good part of the needs, as well as, expose a unusual point of view from what is found in this type of space, understanding architecture as an instrument that transforms and makes quality of life and dignity possible.

Keywords: Architecture, domestic violence, shelter

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 Implantação considerando o clima local. 24
- FIGURA 2 Diferentes níveis de acesso. 24
- FIGURA 3 Esquema linhas de visão entre espaço interno e externo. 25
- FIGURA 4 Alcovas e nichos. 26
- FIGURA 5 Conjuntos de estratégias para espaços comuns. 26
- FIGURA 6 Núcleos de cozinhas. 27
- FIGURA 7 Conjunto de estratégias para espaços privados. 28
- FIGURA 8 Critérios para análise de correlatos e suas estratégias. 30
- FIGURA 9 Inserção - correlato 1. 31
- FIGURA 10 Pátio interno. 31
- FIGURA 11 Croqui original. 32
- FIGURA 12 Planta-baixa térreo e primeiro pavimento. 33
- FIGURA 13 Áreas/Zonas. 33
- FIGURA 14 Detalhe WC PNE. 34
- FIGURA 15 Exterior. 34
- FIGURA 16 Inserção correlato 2. 35
- FIGURA 17 Pátios internos. 36
- FIGURA 18 Planta-baixa. 37
- FIGURA 19 Áreas/Zonas. 38
- FIGURA 20 Público, semipúblico e privado nos dois correlatos. 38
- FIGURA 21 Material e mão de obra local. 39
- FIGURA 22. Jajja na sua casa. 40
- FIGURA 23 Jajja e Mariana discutindo ideias. 40
- FIGURA 24 Etapas. 41
- FIGURA 25 Paineis de tecelagem de palha. 41
- FIGURA 26 Planta-baixa - Casa de Jajja. 42
- FIGURA 27 Corte AA e maquete. 42
- FIGURA 28 Esquema explodido. 43
- FIGURA 29 Ergonomia feminina. 43
- FIGURA 30 Violência contra a mulher em Campina Grande. 44
- FIGURA 31 Localização e equipamentos. 45
- FIGURA 32 Terreno. 45
- FIGURA 33 Condicionantes climáticos. 46
- FIGURA 34 Topografia e perfis topográficos. 46
- FIGURA 35 Infraestrutura. 47
- FIGURA 36 Usos e vias. 48
- FIGURA 37 Zoneamento Plano Diretor - Campina Grande. 48
- FIGURA 38 Organograma e fluxograma. 50
- FIGURA 39 Zoneamento proposto. 53
- FIGURA 40 Forma e materialidade. 54
- FIGURA 41 Materiais trabalhados. 55
- FIGURA 42 Quarto coletivo. 55
- FIGURA 43 Apartamentos. 56
- FIGURA 44 Áreas de convivência. 56
- FIGURA 45 Esquema de soluções. 57
- FIGURA 46 Playground. 58
- FIGURA 47 Transição técnico-íntimo. 58
- FIGURA 48 Fachada principal. 58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Diferença entre rede de enfrentamento e de atendimento. 16

TABELA 2 Número de serviços especializados de 2003 para 2011. 16

TABELA 3 Diferença entre Casa-Abrigo e Casa de Acolhimento. 18

TABELA 4 Abrigo em Israel x Casa KWIECO. 39

TABELA 5 Programa de necessidades e pré-dimensionamento. 50

sumário

SUMÁRIO

7	INTRODUÇÃO	9
9	DENUNCIAR E EMPODERAR	10
21	CUIDAR E PROTEGER	21
30	ACOLHER E ABRIGAR	30
51	SUPERAR	52
60	REFERÊNCIAS	60

intro



Quilombo

As casas-abrigo são locais de acolhimento seguros, secretos e temporários para mulheres vítimas de violência doméstica com risco de vida iminente. Fazem parte da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, programa criado pela Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM), que atua nessa área desde 2003. A rede tem como objetivo articular e interligar diversos setores, órgãos e serviços para a completa assistência da mulher violentada, e conta com a participação de instituições como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, entre outros. Estas casas de abrigo foram uma das primeiras conquistas de anos de luta do movimento feminista e é elemento essencial para retirar mulheres do âmbito da violência em que estas se encontram, evitando assim que entrem para as inúmeras estatísticas de morte por questões de gênero.

Sabe-se que estas casas-abrigo funcionam geralmente em parceria federal-estadual-municipal, onde a esfera federal provém recursos e estabelece diretrizes para a criação das casas, mas o processo de instalação da mesma é por conta dos estados e municípios. Por essa razão, geralmente estes locais funcionam em edificações alugadas e sem planejamento adequado dos espaços.

Campina Grande, cidade com população estimada pelo IBGE (2010) de 409.731 habitantes, apresentou uma porcentagem de 52,7% só de mulheres e que, segundo Bezerra e Araújo Neto (2013), atingiu entre os anos de 2010 e 2011 incríveis 1.448 casos registrados de violência contra a mulher. Apesar dos dados, a cidade conta com uma DEAM, dois Centros de Atendimento à Mulher, sendo um deles estadual e outro de referência (CRAM) e nenhuma casa-abrigo, pois o único serviço de abrigo deste tipo que atende a cidade – assim como todo o estado – se encontra em João Pessoa, na capital do estado, a casa-abrigo Aryane Thais.

Sendo assim, questiona-se nesse trabalho a neces-

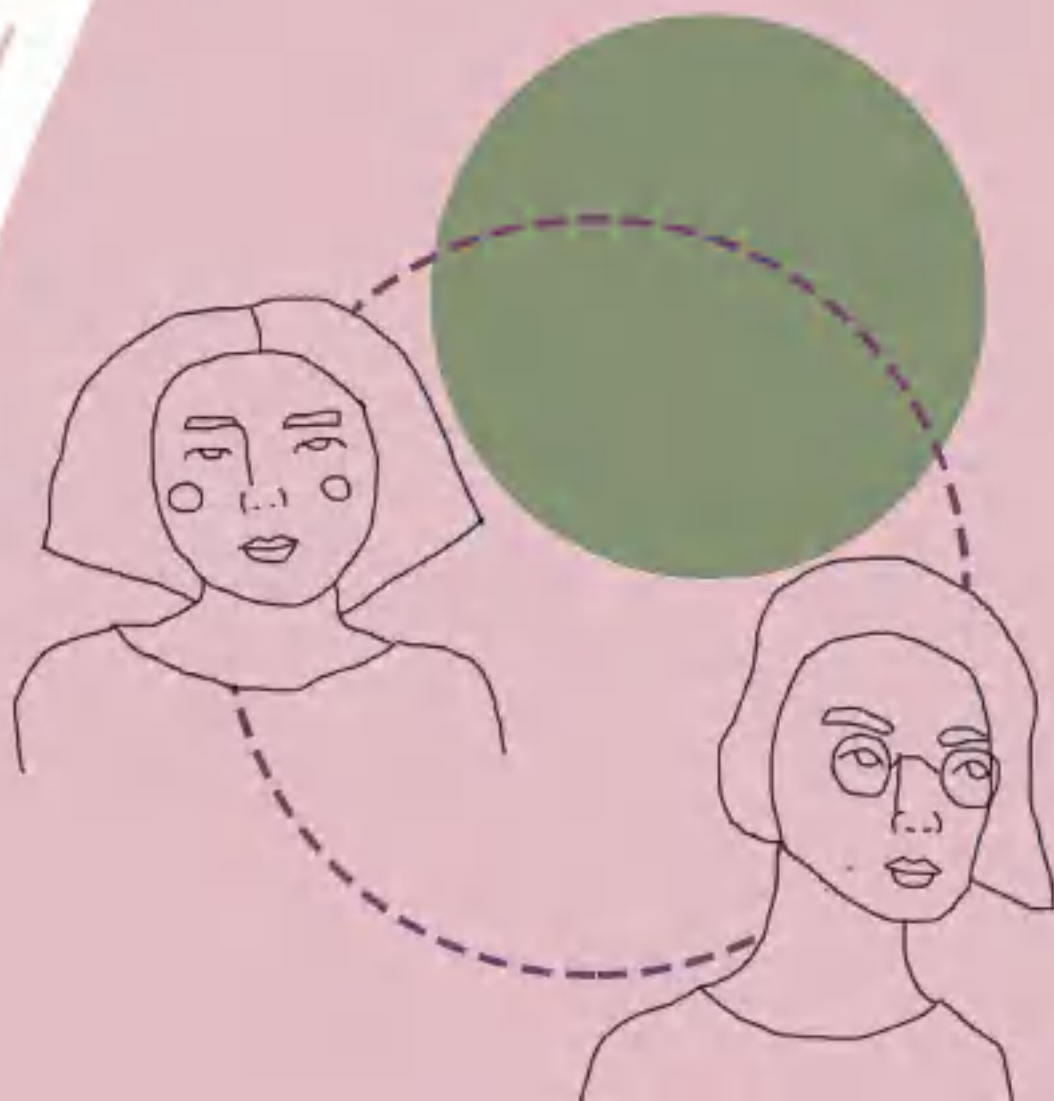
sidade deste serviço na cidade de Campina Grande: uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência, projetada levando em conta estratégias que propiciem bem-estar e conforto, tendo em vista que o ambiente tem total influência no processo de resiliência da vítima e que Campina, como segunda maior cidade do estado e polo de serviços para as cidades circunvizinhas, deveria prover este tipo de assistência.

O objetivo geral do trabalho é elaborar um anteprojeto arquitetônico de uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Campina Grande – PB e tem como objetivos específicos: propor uma arquitetura humanizada através do uso de iluminação natural, cores e texturas, que promova bem-estar e conforto às abrigadas; conceber um projeto adequado às necessidades e desejos apontados pelas usuárias e funcionários do CRAM; projetar o edifício baseando-se em estratégias de discrição e sigilo, visto que as casas-abrigo são feitas para mulheres em risco iminente de vida.

A metodologia usada tem como apoio a pesquisa bibliográfica. Seria feita uma coleta de dados através de questionários com as usuárias do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de Campina Grande e painel de especialistas com os funcionários deste mesmo local, mas devido a pandemia do Covid-19, não foi possível realizar tal levantamento de dados. A pesquisa ajudou no entendimento do funcionamento do serviço, sua história e seus avanços. Além desse suporte, foram analisados também estudos correlatos, visando fomentar o processo projetual.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, onde nos dois primeiros são destrinchadas todas as literaturas que contribuíram para a construção do projeto, sejam elas de caráter teórico ou projetual, já nos dois últimos aprofunda-se no caráter propositivo, esmiuçando as etapas do processo projetual, finalizando com a conclusão e os resultados.

DENUNCIAR E EMPODERERAR



Segundo o art. 5 da Lei nº 11.340/2006, a violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no ambiente doméstico e/ou familiar, onde este ambiente pode ser entendido como o espaço de convívio de pessoas com vínculo familiar ou afetivo, entretanto, ainda há muita dúvida quanto a definição definitiva do termo.

Não existe um consenso entre pesquisadores/as em relação à terminologia utilizada para designar a violência sofrida pelas mulheres. Entre as mais comuns estão: violência de gênero; violência doméstica; violência intrafamiliar; violência de parceiro íntimo e violência conjugal.[...] A escolha pelo termo “violência contra a mulher” deve-se, principalmente, por ser esta a denominação mais frequentemente utilizada pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas brasileiros desde a década de 1970, assim como por diversas Conferências e Convenções internacionais. (LIMA; BUCHELE; CLÍMACO, 2008, v. 17, p. 72)

Para melhor compreensão deste trabalho será usado o conceito de violência doméstica formulado por Saffioti (2001) que define como sendo a violência que atinge “[...] vítimas não-parentes, co-sanguíneos ou afins, vivendo parcial ou integralmente no domicílio [...]”, na qual o agressor é o pater famílias.

O debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres é antigo, data desde os gregos, que acreditavam que a mulher era um ser inferior e por isso os homens tinham direito a vida pública enquanto para elas ficava reservado os deveres relacionados a casa e aos filhos.

A questão central não é a diferença, mas, sim, a centralidade do masculino na configuração do ordenamento social e político da polis grega: existiam os homens e os «não-homens». As mulheres faziam parte deste último grupo. Portanto, essa negação diferenciadora hierarquiza os papéis, determinando uma inferioridade, gerando um imaginário para o feminino a partir de uma impossibilidade, de uma limitação, que tende a naturalizar-se nas representações, ao ponto de condicionar a construção de um discurso próprio que se reflete até hoje. (SOUSA, 2016, p. 25)

A discursão mundial se estendeu até a década de 60 quando os movimentos feministas, iniciados lá na Revolução Francesa, começaram a levantar questões de gênero no âmbito acadêmico, tais como relações familiares, leis trabalhistas, responsabilidades sexuais e reprodutivas, políticas públicas e relações interpessoais.

De acordo com Lasch (1999), a história das mulheres pode ser dividida em duas épocas, separadas pela revolução sexual na década de 60. Daquela década em diante as mulheres conquistaram grandes avanços no campo do trabalho, da política, da economia e no controle do seu próprio corpo, ensejados pelo movimento feminista, movimento social organizado a partir do Ocidente. Ao final do século XIX, na virada do século, passaram a ocorrer manifestações de discriminação contra a mulher. Dessa forma, o movimento voltado para a extensão do direito de voto das mulheres adquiriu visibilidade e maior expressividade. (SILVA, 2010, p. 558)

No Brasil, desde o seu surgimento, a vida da mulher era de pouca importância, fato constatado ao ler-se o livro V das Ordenações Filipinas, código jurídico português que teve vigência no país em 1500, onde justificava o assassinato da mulher em caso de adultério, e no Código Criminal de 1830 onde havia a atenuação do homicídio da esposa/noiva caso fosse adultério o motivo. Somente no Código Civil de 1916 mudam-se as disposições, considerando adultério justificativa de desquite para ambos os cônjuges.

O movimento das mulheres só teve maior envergadura no país a partir das décadas de 70 e 80, quando o conceito das relações de gênero começou a ser discutido na academia através das Ciências Sociais. Numa época de fim da ditadura militar e início da democracia e liberdade, as mulheres formaram uma resistência que questionava sua situação social e seus direitos.

Hoje em dia a violência doméstica ainda é uma realidade na vida de milhões de brasileiras, independente de idade, classe social, raça, religião ou nível de escolaridade. A pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” da Fundação Perseu Abramo (2001), feita a nível nacional revela que cerca de 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país, sendo 5,8 mil/dia, 4/minuto ou 1/15 segundos, geralmente cometida pelo próprio parceiro, dentro de sua residência. Nesta pesquisa 19% das mulheres declararam terem sofrido violência por um homem, quando foram explicitados os diferentes tipos de violência (física, assédio sexual, psicológica, patrimonial, etc.) o número subiu para 43%. Justamente por acontecer no âmbito intrafamiliar, a violência doméstica não é encarada como problema estrutural, de interesse público ou como violação dos direitos humanos.

Estas estruturas históricas que alicerçam as relações assimétricas entre mulheres e homens estão materializadas nos espaços sociais, na família, nas oportunidades de acesso a determinadas carreiras, nos salários desiguais, nos institutos escolares, nas legislações, nas injunções direcionadas aos usos que ambos os sexos fazem de seus corpos; enfim, estão embutidas na totalidade objetiva do mundo, assim como estão fortemente arraigadas nas identidades subjetivas, nos princípios de visão, nos esquemas interpretativos que os indivíduos e os grupos detêm a respeito dessa configuração hierárquica. (CÓRTEZ, 2012, v. 17, p. 153)

Segundo (SCHRAIBER et al., 2002) em (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005) a violência doméstica mata mais mulheres de 15 a 44 anos do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras, sendo assim um problema de saúde pública.

A Organização das Nações Unidas afirma que a violência contra as mulheres persiste em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um impedimento na conquista da igualdade de gênero (ONU, 2006). Ela reconhece ainda que a violência contra as mulheres é um grave problema de saúde pública, pois afeta profundamente a integridade física e a saúde mental das mesmas. (LIMA; BUCHELE; CLÍMACO, 2008, v. 17, p. 70)

A ONU define feminicídio como sendo o assassinato de mulheres por serem mulheres. O termo começou a ser usado no México, a partir de 1993 quando as cidades de Juarez e Chihuahua apresentaram crimes contra meninas e mulheres em níveis alarmantes. (SOUSA, 2016) afirma que o feminicídio opera no campo da hierarquia, no exercício da função patriarcal, onde homens controlam as categorias sociais como mulheres e crianças, com aval da sociedade para puni-los quando assim lhe parecer correto.

O feminicídio apresenta-se como o culminar de um processo continuado de práticas de dominação e submissão sobre as mulheres, onde, a cada violação de direitos e de ofensa à dignidade, se sucedem outras violações. A este processo corresponde a perda de referenciais na relação entre sujeitos, onde a desigualdade de poder entre eles resulta na submissão reiterada e sistemática e na perda de direitos dos dominados ao ponto da depreciação do seu direito à vida. (SOUSA, 2016, p. 17)

Perpetradas por estranhos e por pessoas próximas, os diferentes tipos de violência contra a mulher violam os direitos humanos, prejudicando a qualidade de vida, saúde e psicológica das vítimas. (SILVA, 2010) afirma que por anos a sociedade concebeu estereótipos acerca do sexo feminino, o que dá sustentação para preconceito e discriminação.

Sabemos que essa violência está nos seus mais diferentes códigos, incrustada no pensamento estereotipado de homens e mulheres de uma sociedade herdeira de pensamentos caducos e de crenças esclerosadas, que compreendia a mulher como um ser inferior ao homem, daí, portanto, a violência física, o estupro, os assassinatos, o aborto indesejado, as torturas psicológicas e a mutilação genital, entre tantos outros atos de violência (SILVA, 2010, p.559)

Não se sabe ao certo os motivos ou explicações científicas para este tipo de comportamento masculino, segundo (ROTHMAN et al, 2013) em (LIMA, BUCHELE, CLÍMACO, 2008) há duas vertentes de pensamentos que tentam explicar a violência

contra a mulher: uma linha de pensamento, a teoria do aprendizado social, afirma que a transmissão de uma geração para outra é o que faz com que se perpetue até os dias de hoje esse comportamento brutal dos homens, já a teoria feminista coloca a dominação masculina sobre as mulheres como o debate principal.

[...] Outra questão a considerar são os princípios alicerçados nos padrões dominantes de gênero inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas referentes à sacralização da família e o poder conferido à categoria social homens para normatizar, controlar e disciplinar a conduta das mulheres, podendo utilizar diferentes formas de humilhação e privação (SAFFIOTI, 2004). (CÔRTEZ, 2012, v. 17, p. 150)

Enquanto os homens tendem a serem vítimas da violência no espaço público, as mulheres além do público sofrem no âmbito privado, dentro dos seus próprios lares.

As relações conjugais, ou de convivência familiar, são apenas o cenário privilegiado dessa violência, mas não o espaço exclusivo da multiplicidade de manifestações que se ocultam sob a etiqueta da violência de gênero. Essa abordagem, que reduz o fenômeno ao âmbito doméstico, é nefasta, dado que remete para o espaço da intimidade e do direito dos sujeitos com o qual a sociedade e as instituições têm ainda dificuldade de lidar. (SOUSA, 2016, p. 26)

Apesar da dificuldade de enfrentar a violência doméstica por ainda ser encarado como um contexto íntimo, os Estados e as instituições legais por todo mundo têm se posicionado com códigos penais específicos e assistência social, como a Lei Maria da Penha no Brasil. A ação de todos os sujeitos de uma sociedade é o que faz com que ela mude, povo e poder público. Quando ambos agem não só de forma assistencialista, mas de enfrentamento, a realidade de milhões de mulheres muda. A bandeira de luta em defesa das mulheres não é somente delas, mas também de todos aqueles que compreendem como universal o direito de igualdade e o reconhecimento do outro, seja lá quem ele for, como um de nós.

LEI MARIA DA PENHA

A Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu art. 226, parágrafo 8º assegura “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”, mas só 7 de agosto de 2006 criou-se de fato um instrumento legal específico para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha ou Lei 11.340/2006.

A Lei que institui mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar prevê, em suas disposições preliminares, que toda mulher goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011, p.11)

A lei tem esse nome graças a Maria da Penha Fernandes, uma farmacêutica brasileira que no ano de 1983 foi agredida pelo seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, que era professor universitário colombiano. Após ter sofrido um tiro nas costas, o que a deixou paraplégica, empurrões da cadeira de rodas e tentativa de eletrocussão, Maria da Penha entrou com processo contra o parceiro, que foi anulado e recorrido inúmeras vezes pelo Ministério Público, só em 1998 que ONGs e comitês internacionais de direitos humanos pressionaram o Estado brasileiro para resolução do caso, e em 2011 o puniu por negligência à violência doméstica, onde uma das punições era a criação de uma legislação específica para este tipo de violência, surgindo assim a Lei Maria da Penha que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 e funciona até hoje como uma das leis mais conhecidas pela população e considerada um avanço pelo direito internacional.

O que se sabe através das pesquisas de opinião é que a Lei Maria da Penha atingiu uma popularidade nunca vista na sociedade brasileira: pesquisa nacional realizada pelo IBOPE e o Instituto AVON, em 2009, mostrou

que 78% das pessoas entrevistadas (homens e mulheres) conhecem a Lei. A pesquisa de opinião realizada em Belo Horizonte encontrou que 94,7% das entrevistadas disseram saber que existe uma legislação específica para o enfrentamento da violência contra a mulher, sendo que 43% entendem que a lei serve para a proteção das mulheres. (PASINATO, 2010, p.225)

Um dos principais avanços desta lei é a tipificação dos diferentes tipos de violência doméstica, que são definidos no Art. 7º como:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006)

Com essa tipificação, a lei ampara a vítima não só pela violência física, mas por qualquer outro tipo de abuso sofrido. Outros avanços importantes dizem respeito a proibição de aplicação de penas pecuniárias, ou seja, que o agressor possa pagar uma multa para ser solto; o aumento da pena, que passou de um ano para três anos, além do encaminhamento das mulheres violentadas para programas e serviços de proteção e assistência social. Divulgada como sendo uma lei mais severa, a Lei Maria da Penha busca atuar além da punição, trabalhando em três eixos principais, destrinchados por Pasinato (2010) como:

O primeiro eixo trata das medidas criminais, para a punição da violência. Nele estão procedimentos como a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, preventiva ou decorrente de pena condenatória; a restrição da representação criminal para determinados crimes e o veto para a aplicação da lei 9099/95 a qualquer crime que se configure como violência doméstica e familiar contra a mulher. No segundo eixo encontram-se as medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher que se executam através de um conjunto de medidas protetivas com caráter de urgência para a mulher aliado a um conjunto de medidas que se voltam ao seu agressor. Integram também esse eixo as medidas de assistência, o que faz com que a atenção à mulher em situação de violência se dê de forma integral, contemplando o atendimento psicológico, jurídico e social. Finalmente, no terceiro eixo, estão as medidas de prevenção e de educação, compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a reprodução social da violência e da discriminação baseadas no gênero. (PASINATO, 2010, p. 220)

Para o completo funcionamento desses três eixos, a lei ainda estabelece as incumbências de cada um dos agentes sociais envolvidos, como a polícia, o judiciário e os serviços assistenciais, onde Pasinato (2010) delinea como sendo o papel da polícia:

Além das atividades de polícia judiciária – registro de ocorrência policial e inquéritos policiais como instrumento de apuração das responsabilidades nos ilícitos penais que se enquadram na lei –, a autoridade policial também

deve atuar para que sejam aplicadas as medidas protetivas de urgência, sempre que a mulher solicitar. Estas medidas são, em boa parte, de natureza cível, tal como de serviços especializados na atenção para mulheres em situação de violência constituem a base da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres e representam um dos pilares sobre os quais se estrutura a implementação da Lei Maria da Penha. Sua atuação é fundamental para o desenvolvimento das políticas de proteção, assistência e prevenção, grandes inovações da nova legislação. (PASINATO, 2010, p. 229)

Outro encargo de destaque dos serviços especializados é a de facilitar o acesso das mulheres a educação, formação profissional, programas de habitação e de geração de renda, pois a fase de reinserção na sociedade com dignidade é de suma importância.

A Lei Maria da Penha gerou muitas mudanças em todos os campos, principalmente no âmbito jurídico, pensando nisso e nas possíveis dificuldades de aplicação da lei, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) tratou de criar projetos, programas e políticas de suporte a lei, evitando que a mesma não fosse um instrumento legal isolado ou que fosse mais uma das inúmeras leis do nosso país que na linguagem popular “não pegam”, visto isso, criou-se o principal instrumento de suporte: o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, política importante de articulação dos serviços de assistência à mulher violentada.

REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No ano de 2003, foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a criação do órgão representou um marco importante para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento a violência contra as mulheres, a luta ganhou uma nova envergadura, pois o tempo anterior ao seu funcionamento não tinha uma atuação do governo que se mostrasse de fato voltada para as mulheres, a estrutura se baseava apenas em DEAMs e Casas-abrigo.

Ainda em 2003, a SPM formulou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que eram basicamente diretrizes para a ação conjunta nas três esferas de poder, e em agosto de 2007 foi lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, reforçando a necessidade de uma rede articulada dos organismos governamentais. A atuação do governo neste momento deixa de ser apenas de caráter emergencial para uma abordagem mais ampla, contando com serviços especializados, normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, projetos educativos e culturais de prevenção a violência e a ampliação do acesso à justiça e a segurança pública pelas mulheres.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres parte do entendimento de que a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, tais como: na educação, no trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, na justiça, na assistência social, entre outras. Esta conjunção de esforços já resultou em ações que, simultaneamente, vieram a desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero, interferir nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira e promover o empoderamento das mulheres; mas muito ainda precisa ser feito e por isso mesmo, a necessidade de fortalecimento do Pacto. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2011, p. 21)

O Pacto trabalha com alguns eixos principais, entre eles: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos e ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. Este último tem como ações principais:

1– Ampliação dos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Capilaridade do Atendimento

a) Ampliação dos serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência (Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – Centros de Referência de Atendimento à Mulher / CRAM – Centros Integrados da Mulher / CIM), Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM); Postos de Atendimento Humanizados nos Aeroportos (tráfico de pessoas/tráfico de mulheres).

b) Ampliação e Implantação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os municípios pólo, territórios de cidadania e territórios de paz.

c) Ampliar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

d) Aumento do número de serviços de abrigamento (Casas Abrigo, Abrigamento Provisório) levando em conta os consórcios entre municípios e os territórios da cidadania.

e) Implantação de Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios de cidadania.

2 – Fortalecimento da Rede de Atendimento para Mulheres em Situação de Violência

a) Institucionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

b) Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos, procedimentos e normatização dos serviços em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social; do Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.

c) Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória dos Casos de Violência Doméstica, Sexual e /ou outras violências, nos serviços de saúde, em cumprimento a Portaria do MS de no. 104, de 25 de janeiro de 2011.

d) Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual (abortamento legal).

e) Formação dos/as profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social e operadores/as do direito nas questões referentes às relações de gênero e violência contra as mulheres.

f) Implementação de campanhas e apoio a ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres e a naturalização da violência contra as mulheres e que, promovam seus direitos sexuais, o enfrentamento à exploração sexual, ao tráfico de pessoas, principalmente direcionado para os territórios da cidadania, territórios de paz, municípios polo, região de fronteira seca e cidades sede da Copa do mundo 2014.

g) Integração da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

h) Consolidar e ampliar a Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180 para o atendimento às mulheres no exterior.

i) Registro Administrativo Unificado implantado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

j) Capacitação permanente das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, indígenas, lésbicas e negras.

k) Implantação das Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência.

l) Promoção do atendimento qualificado às mulheres em situação de violência nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros especializados de Assistência social (CREAS).

m) Construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração das políticas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2011, p.31)

Esse eixo foi o gancho para a criação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, que em 2010 mudou o nome para Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, essa mudança incluiu agentes sociais como serviços de responsa-

bilização e educação do agressor, organismos de políticas para mulheres, entre outros.

Tabela 1 - Diferença entre rede de enfrentamento e de atendimento

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

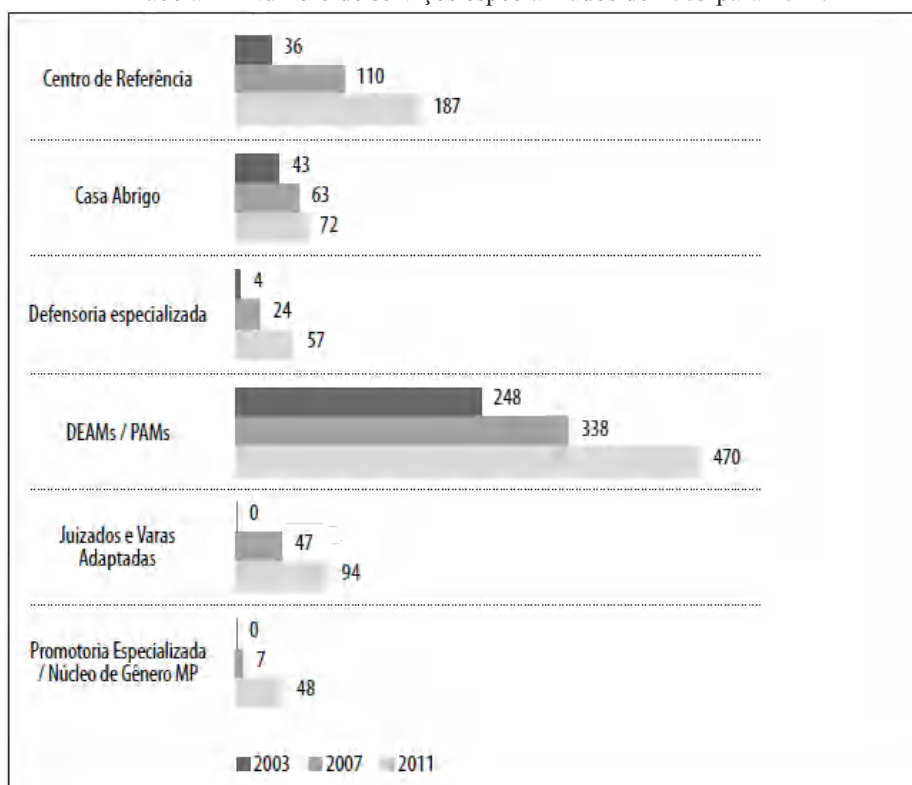
Fonte: Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em 18 set. 2019.

A Rede tem como marca principal a multiplicidade de serviços, tendo em vista que a violência é de extrema complexidade e transita em diferentes dimensões.

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2011, p.13)

Considerando que em 2003, as respostas do governo eram apenas as Casas-abrigo e as DEAMs, muito foi avançado. Segundo a SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES (2011) o número teve um aumento de 161,75% no número de serviços especializados.

Tabela 2 - Número de serviços especializados de 2003 para 2011.



Fonte: Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em 18 set. 2019.

Visando facilitar o acesso à informação, a SPM caracterizou as atribuições dos serviços e órgãos da Rede. Dividindo-os em Serviços Especializados de Atendimento a Mulher, que conta com os Centro de Referência de Atendimento a Mulher, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Defensoria das Mulheres, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica. Serviços de Atendimento Geral, constituído por Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos, Núcleo da Mulher da Casa do Migrante. Órgãos de Informação, Orientação e Políticas Públicas incluindo Ouvidorias, Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Núcleos de Atendimento a Mulher, Central de Atendimento a Mulher (180). E por último os Serviços de Segurança e Defesa Social, que conta com Polícia Civil e Militar e Instituto Médico Legal.

Um dos primeiros serviços destes a ser criado foram as Casas-abrigo, antes mesmo de ser formulada a Rede, estas nos anos 80 já funcionavam como um instrumento fundamental na integridade física e moral de inúmeras mulheres. Hoje em dia, com o Pacto, a Lei Maria da Penha e outras políticas de assistência a mulher, a procura ficou ainda maior, fazendo surgir diferentes tipos de abrigamentos, interligação de outros serviços às casas e uma demanda por novos tipos de espaços. O velho problema da violência doméstica com uma cara nova de idade moderna.

CASA-ABRIGO

Os primeiros serviços conquistados pelas iniciativas feministas no Brasil foram o SOS Mulher e a Casa-abrigo. O SOS funcionava como um plantão de atendimento gratuito para as mulheres, com orientação jurídica e informações dos direitos, já as Casas-abrigo como forma de escape do âmbito da violência em que se encontravam as mulheres agredidas.

No Brasil, a primeira Casa-Abrigo é implantada em São Paulo, em 1986 – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Em 1990, é criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (Silveira, 2006). Em 2003, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, 2009), havia um total de 42 casas-abrigo no país. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011, p. 31)

Em 2009, a Casa-abrigo foi inserida na tipificação dos serviços socioassistenciais pela Resolução do CNAS (2009) como um “serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência”, mas só em 2011 a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) se aprofundou melhor na definição do termo.

As Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral às mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2011, p. 27)

A SPM (2011) ainda definiu como objetivo geral das casas “garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de morte e de seus filhos de menor idade, delineou também objetivos específicos:

1) Promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor idade [...], 2) Promover condições objetivas de inserção da mulher [...]; 3) Prover suporte informativo e acesso a serviços [...]; 4) Proporcionar ambiente e atividades propícias para que as mulheres possam exercer sua autonomia e recuperar sua autoestima. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011, p. 46)

E diretrizes gerais de funcionamento, como:

- a) Vinculação – As casas-abrigo deverão estar preferencialmente vinculadas à assistência social [...],
- b) Institucionalização – As casas-abrigo deverão ser criadas por lei e estabelecer parcerias com os serviços e órgãos gestores por meio de instrumentos administrativos e legais [...],
- c) Articulação permanente com a Segurança Pública – Uma vez que a situação de abrigo numa casa-abrigo pressupõe grave ameaça e risco de morte,
- d) Sigilo – Desde a criação das Casas-Abrigo, o sigilo tem sido um pré-requisito para a implantação e existência do serviço.
- e) Acompanhamento pós-abrigo: A mulher que esteja em processo de desabrigo deverá ser acompanhada pelo Centro de Referência mais próximo de sua residência. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2011, p. 34)

O fluxo de encaminhamento para a Casa-abrigo geralmente se dá pelos Centros de Referência de Atendimento a Mulher (CRAMs), quando não há este serviço na cidade o responsável pelo direcionamento é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Após a triagem nos CRs, a vítima pode ser encaminhada para as Casas-abrigo ou para as Casas de Acolhimento Provisório, onde esta última funciona como um serviço de abrigo de curta duração.

Tabela 3 – Diferença entre Casa-Abrigo e Casa de Acolhimento.

Características	Casa-Abrigo	Casa de Acolhimento
Nomenclatura na tipificação sócio-assistencial	Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência (Resolução CNAS nº 109/2009).	Serviço não incorporado aos serviços sócio-assistenciais.
Natureza	Serviço público , de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso.	Serviço público , de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso.
Público-alvo	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).	Mulheres em situação de violência de gênero (em especial da doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).
Objetivo do Serviço	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima.	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

Fonte: Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em 18 set. 2019.

Segundo CARLOTO, CALÃO (2006) a violência conjugal se expressa em três fases cíclicas entre si: tensão, agressão e reconciliação, por isso, após o fim do período passado na Casa-Abrigo, a vítima continua sendo acompanhada pelos outros serviços da Rede de Enfrentamento, o CRAM ou o CREAS, evitando assim que esta volte para o ciclo de violência.

O funcionamento das Casas-abrigo geralmente acontece por meio de consórcios públicos, entre municípios e estados, ou estados e órgão federais, por conta da complexidade e dos gastos de manutenção deste equipamento. Como uma forma de padronizar a construção destas casas, a SPM estabeleceu também algumas premissas.

PADRÃO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DA CASA-ABRIGO

A SPM através do documento Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (2011) estabeleceu padrões mínimos para a implantação de todos os serviços incluídos na Rede, inclusive da Casa-abrigo, que se dividia em dois recursos, os humanos e

os materiais, onde o primeiro foi definido como:

Recursos Humanos:

1. A constituição e o fortalecimento de uma equipe interdisciplinar estão vinculados ao desenvolvimento de estratégias de ação que qualifiquem os profissionais e os preparem para um acolhimento abordagem humanizados, baseados em condutas adequadas.
2. A prática interdisciplinar exige um diálogo constante da equipe.
3. Equipe interdisciplinar permanente: Profissionais de nível superior que atendam as áreas de saúde física, mental e promoção de cidadania. Sugestão de quadro mínimo: coordenadora do serviço; psicóloga; assistente social; pedagoga ou profissional da área de educação infantil.
5. Equipe de apoio técnico: Profissionais de nível superior, que deem suporte à área de saúde, nutrição, orientação e assistência jurídica às moradoras da Casa-Abrigo. Estes profissionais poderão estar vinculados a outros serviços, atuando em tarefas específicas junto a Casa-Abrigo. Sugestão básica: Nutricionista; Enfermeira e Advogada.
6. Equipe operacional: Profissionais de nível médio e / ou básico que atuem no provimento da infraestrutura. Sugestão de quadro mínimo: Agente Administrativo; Cozinheira; Auxiliar de Conservação e Limpeza; Segurança e Motorista.
7. A segurança do serviço deve ser efetuada pela Polícia Militar ou Guarda Municipal. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2011, p. 50)

Já os materiais foram estipulados como:

Recursos Materiais:

1. Imóvel de dimensões adequadas com 10 m² por pessoa, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para abrigar o número estabelecido de mulheres e seus filhos de menor idade, em local que favoreça a segurança e o sigilo.
 2. Localização do abrigo, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas, placas de identificação, oferecendo um ambiente discreto e propício.
 3. Espaço para dormitórios, onde a mulher possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade.
 4. Espaços de convivência coletiva (salas de reuniões, grupos e oficinas).
 5. Espaços para o refeitório e cozinha coletiva.
 6. Espaço para recreação das crianças, preferencialmente contando com áreas externas.
 7. Local adequado ao atendimento de primeiros socorros, guarda de medicamentos e outras ações de profilaxia em saúde.
 8. Espaço para lavanderia coletiva.
 9. Dependências sanitárias compatíveis com o número de pessoas abrigadas.
 10. Adequação da estrutura do imóvel aos portadores de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade.
 11. Espaço adequado para a equipe técnica e administrativa, resguardando o sigilo relativo às usuárias do serviço.
 12. Infra-estrutura administrativa de comunicação e de transporte.
- (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2011, p. 50)

O documento, apesar de não ser uma norma técnica ou um documento de caráter científico, ajudou a padronizar este tipo de equipamento e estipular um nível mínimo aceitável de implantação, visto que a casa-abrigo é de administração consorciada municipal-estadual-federal e não há um exemplo ou modelo base a ser seguido.

CUIDAR E PROTEGER



O conceito de humanização na arquitetura sempre esteve intrínseco ao campo da saúde, por isso grande parte da literatura relacionada a este termo é encontrada em artigos e produções acadêmicas desta área. Para Maria Lúcia Malard (1993), por exemplo, humanização hospitalar está ligada ao fato de que “humanizar espaços significa torna-los adequados ao uso dos humanos; torna-los apropriados e apropriáveis”, a autora traz com esse conceito o debate sobre a habitabilidade à discussão. Já o Ministério da Saúde na cartilha da Política Nacional de Humanização – PNH lançada em 2010, aprofunda-se na concepção de ambiência, onde estabelece três eixos principais:

O conceito de AMBIÊNCIA segue primordialmente três eixos:

- O espaço que visa à confortabilidade focada na privacidade e individualidade dos sujeitos envolvidos, valorizando elementos do ambiente que interagem com as pessoas – cor, cheiro, som, iluminação, morfologia...–, e garantindo conforto aos trabalhadores e usuários.
- O espaço que possibilita a produção de subjetividades – encontro de sujeitos – por meio da ação e reflexão sobre os processos de trabalho.
- O espaço usado como ferramenta facilitadora do processo de trabalho, favorecendo a otimização de recursos, o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 6)

No primeiro eixo, é abordado o conceito de confortabilidade, onde alguns componentes modificadores do espaço são definidos, como morfologia, luz, cheiro, som, sinestesia, arte, cor, tratamento das áreas externas, privacidade e individualidade e confortabilidade. A morfologia segundo a cartilha da Política Nacional de Humanização (2010) se traduz em “formas, dimensões e volumes que configuram e criam espaços, que podem ser mais ou menos agradáveis ou adequados para as pessoas”, já a luz pode ser entendida como:

A iluminação, seja natural ou artificial, é caracterizada pela incidência, quantidade e qualidade. Além de necessária para a realização de atividades, contribui para a composição de uma ambiência mais aconchegante quando exploramos desenhos e as sombras que proporcionam. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 8)

Outros elementos também são levantados pela cartilha:

- Cheiro – considerar os odores que podem compor o ambiente, interferindo ou não no bem-estar das pessoas;
- Som – podemos propor a utilização de música ambiente em alguns espaços como enfermarias e esperas. Em outro âmbito, é importante considerar também a proteção acústica que garanta a privacidade e, controle, alguns ruídos;
- Sinestesia – diz respeito à percepção do espaço por meio dos movimentos, assim como das superfícies e texturas;
- Arte – como meio de inter-relação e expressão das sensações humanas;
- Cor – as cores podem ser um recurso útil uma vez que nossa reação a elas é profunda e intuitiva. As cores estimulam nossos sentidos e podem nos encorajar ao relaxamento, ao trabalho, ao divertimento ou ao movimento. Podem nos fazer sentir mais calor ou frio, alegria ou tristeza. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 10)

Já quanto ao tratamento das áreas externas, a cartilha define que:

[...] se faz necessário já que, além de porta de entrada, constitui-se muitas vezes em lugar de espera ou de descanso de trabalhadores, ambiente de ‘estar’ de pacientes ou de seus acompanhantes. Jardins e áreas com bancos podem se tornar lugar de estar e relaxamento. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 10)

Este eixo também aborda a Privacidade e individualidade e a Confortabilidade:

Privacidade e individualidade – A privacidade diz respeito à proteção da intimidade do paciente, que muitas vezes pode ser garantida com uso de divisórias ou até mesmo com cortinas e elementos móveis que permitam ao mesmo tempo integração e privacidade, facilitando o processo de trabalho, aumentando a interação da equipe e ao mesmo tempo possibilitando atendimento personalizado. Individualidade, refere-se ao entendimento de que

cada paciente é diferente do outro, veio de um cotidiano e espaço social específico. A arquitetura tem também seu papel no respeito à individualidade quando se propõe, por exemplo, a criar ambientes que ofereçam ao paciente espaço para seus pertences, para acolher sua rede social, entre outros cuidados que permitam ao usuário preservar sua identidade;

- Confortabilidade – também pressupõe possibilitar acesso dos usuários a bebedouros e às instalações sanitárias, devidamente higienizadas e adaptadas aos portadores de deficiências. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 11)

O segundo eixo trata do espaço de encontro entre os sujeitos, onde admite-se a premissa que os sujeitos envolvidos na ambiência trazem subjetividades e contribuem na construção de espaços mais acolhedores.

A ambiência, enquanto espaço de encontro entre sujeitos, apresenta-se com um dispositivo que potencializa e facilita a capacidade de ação e reflexão das pessoas envolvidas nos processos de trabalho, possibilitando a produção de novas subjetividades. [...]

Quando se concebe uma nova ambiência, provoca-se um processo de reflexão das práticas e dos modos de operar naquele espaço, contribuindo para a construção de novas situações. Os sujeitos envolvidos nessa reflexão podem transformar seus paradigmas, e a ambiência passa a ser um dos dispositivos no processo de mudança. Assim, as áreas de trabalho além de mais adequadas funcionalmente deverão proporcionar espaços vivenciais prazerosos. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 12)

O último eixo abordado pela cartilha trata da arquitetura como ferramenta facilitadora de mudança do processo do trabalho, onde é abordado a ambiência agora como uma ferramenta de otimização do espaço de trabalho, como é exemplificado no documento:

Vejamos o relato de uma outra experiência: A enfermaria da ortopedia foi reformulada contemplando todos os ambientes necessários para a atividade a que se destina, porém concebendo e organizando o espaço de uma maneira diferente: os dez leitos que anteriormente se dividiam em três quartos, com espaços fragmentados, pouco otimizados e que inviabilizavam a presença do acompanhante, hoje estão dispostos em um amplo salão, ao redor de um posto de enfermagem central – separados por cortinas divisórias, propiciando tanto a privacidade dos usuários e seus acompanhantes [...]. (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2010, p. 16)

Bestetti (2014) em “Ambiência: espaço físico e comportamento”, complementou os estudos sobre ambiência acrescentando outro aspecto importante, o Desenho Universal, onde delinea como sendo “um modo de concepção de espaços e produtos visando à sua utilização por amplo espectro de usuários, incluindo crianças, idosos e pessoas com restrições temporárias ou permanentes”, ou seja, a autora enfatiza a importância da acessibilidade e da ergonomia, ponto abordado também pela norma técnica NBR 9050-2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e regulamenta dimensões.

Ulrich (1995) na década de 90 já abordava as inovações no design de espaços de saúde, onde classificava os componentes promotores de bem-estar como sendo: a) Suporte social, a qualidade do ambiente está estritamente ligada a possibilidade dos pacientes de conviver com amigos e familiares, reduzindo assim o estresse; b) Distrações positivas, a necessidade do ambiente prover estímulos, como elementos naturais e cores; c) Controle do ambiente, a possibilidade de controlar o espaço pelo usuário, seja quanto a cor, a luz, som ou privacidade, faz com que diminua a tensão dos usuários. Anos depois, John Zeisel classificou os ambientes quanto a sua influência no conforto do usuário. ZEISEL (2001) dividiu os ambientes em: passivos, que visam apenas não adoecer o paciente, contando com boa troca de ar e iluminação; os ambientes funcionais, que tem uma abordagem mais ativa e os projetistas incorporam informações sobre as necessidades dos usuários nos projetos; e por último, os ambientes proativos, que possuem poderes benéficos, atuando de forma ativa no processo de cura.

Estudos como os de Bestetti (2014), a Cartilha de Humanização da Secretaria de Atenção à Saúde (2010), Ulrich (1995) e Zeisel (2001) fomentam a necessidade de lo-

cais planejados como parte indispensável no processo de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Estes grandes nomes da literatura de humanização e ambiência estão ligados ao campo dos ambientes hospitalares e de saúde, mas são a base para estudos de conforto e bem-estar em outras áreas, inclusive na área de abrigos, que podem ser entendidos como espaços de saúde e facilitadores do processo de recuperação dos seus usuários.

CARTILHA BUILDING DIGNITY

A Cartilha Building Dignity ou no português, Cartilha Construindo Dignidade, é um conjunto de estratégias de design para habitações de abrigo de emergência para vítimas de violência doméstica, incluindo mulheres e filhos, que podem passar de uma semana até três meses. Esta iniciativa parte do Governo do Estado de Washington, nos Estados Unidos da América através do Washington State Coalition Against Domestic Violence¹ (WSCADV).

A Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica (WSCADV) trabalha em colaboração com programas de violência doméstica em todo estado de Washington para pensar criativamente sobre como gerenciar os muitos aspectos do trabalho. Aprender com suas experiências permite ir além e avançar em direção às aspirações por um mundo em que cada relacionamento é determinado pelo amor e respeito um pelo outro e pela integridade de cada um. (FORMIGHIERI JUNIOR, 2015, p. 52)

O WSCADV ao observar alguns abrigos de violência doméstica, fez as seguintes perguntas: Como nossos edifícios de abrigo influenciam nossas regras, políticas e práticas? O que as sobreviventes e seus filhos apreciam em nossos edifícios e o que eles consideram desafiadores? Como os espaços do programa de violência doméstica podem apoiar nossas visões e missões de maneira mais eficaz? A partir dessas indagações o WSCADV solicitou assistência técnica através do site The 1%, um programa que conecta organizações sem fins lucrativos e empresas de arquitetura, e a empresa selecionada foi a Mahlum, que acreditou que o design certo pode capacitar os pais, apoiar as necessidades das crianças e facilitar a cura através do Building Dignity. A cartilha se divide em design do local, espaço comum, cozinha, espaço privativo e espaço técnico, trazendo soluções específicas para cada ambiente.

Design do Local

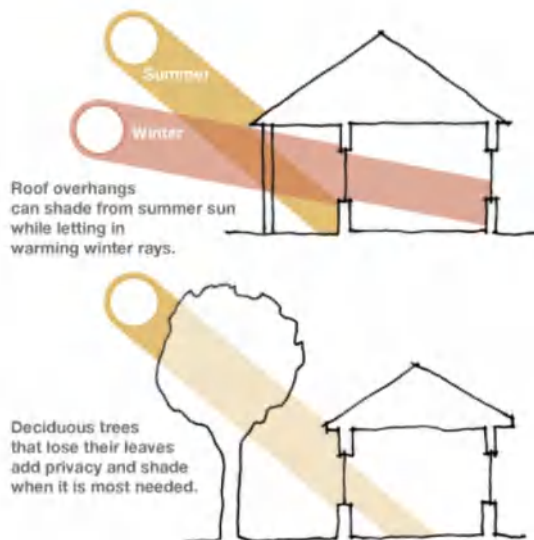
Neste tópico são destacadas estratégias ligadas a implantação e tratamento do entorno da edificação, como por exemplo:

- Avaliar a capacidade do bairro de apoiar a independência, oportunidade econômica e conexões sociais das residentes, ou seja, a implantação do projeto garante acesso a transporte público? Mercado? Postos de saúde?
- Crie ambiente acolhedor: O uso de cores, imagens e referências fazem as pessoas se sentirem reconhecidas e bem-vindas.
- Acesso a natureza como forma de bem-estar. Espaços ao ar livre promovem reflexão, conexão com crianças e efeitos curativos para aqueles que se recuperam de traumas.
- Jardins podem oferecer consolo. Jardins proporcionam arteterapia, sessões de trabalho em grupo e jardinagem, além de permitir programas voltados para educação ambiental
- Espaço interno e externo para animais de estimação. Sair de casa e deixar seu pet é para muitos abrigados um motivo para agravar o trauma.

¹ Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica

- Considerar o clima ao planejar o local. Localização de janelas, áreas de sombra. (Figura 1)

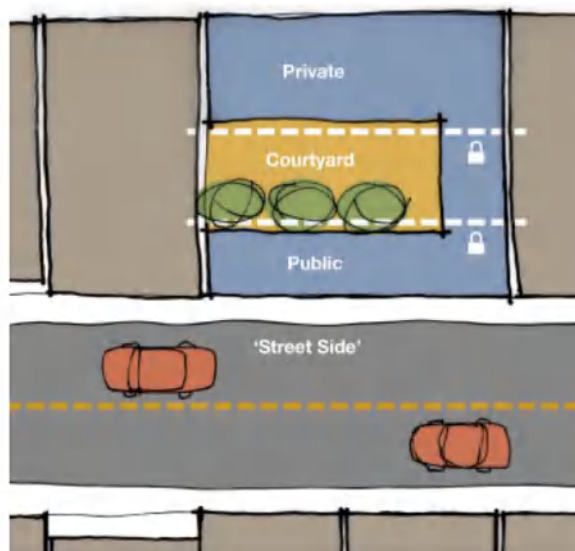
Figura 1 – Implantação considerando o clima do local.



Fonte: Disponível em: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

- Criar limites claros entre o abrigo e a comunidade. A sensação de bem-estar e segurança depende muito dessa visibilidade entre o interior e o público.
- Acesso controlado de quem entra e sai. Seja por meio de chaves, sistema de segurança online ou câmeras de segurança, trás sensação de segurança aos residentes.
- Bloqueios visuais. Seja por meio vegetação ou por outras estratégias, a proteção dos olhos do público ajuda a manter o sigilo dos abrigos.
- Permitir níveis variáveis de acesso às áreas públicas. A diferenciação entre as áreas públicas e privadas permite que nas áreas abertas haja programas comunitários, reunião de amigos e familiares, sem interferir na área privada dos abrigados. (Figura 2)

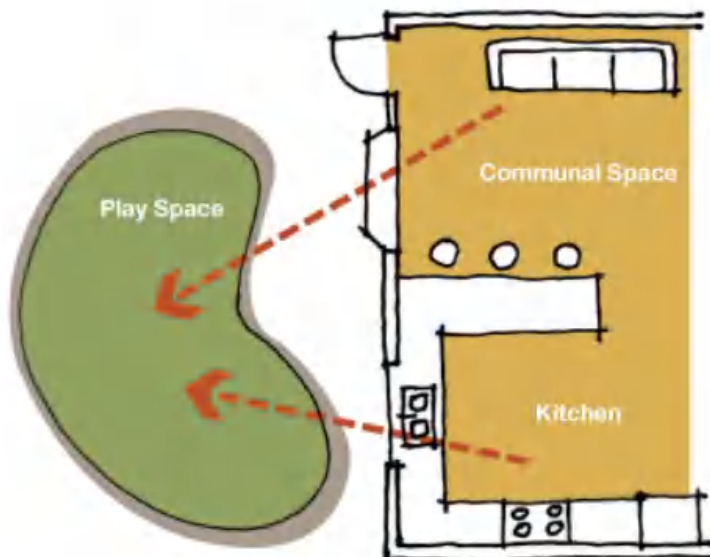
Figura 2 – Diferentes níveis de acesso..



Fonte: Disponível em: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

- Facilitar os pais a supervisionar seus filhos. Estratégias que permitam os pais supervisionar os filhos mesmo sem estar no mesmo espaço físico, por exemplo, linhas de visão claras entre cozinha e espaço externo. (Figura 3)

Figura 3 – Esquema linhas de visão entre espaço interno e externo.



Fonte: Disponível em: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

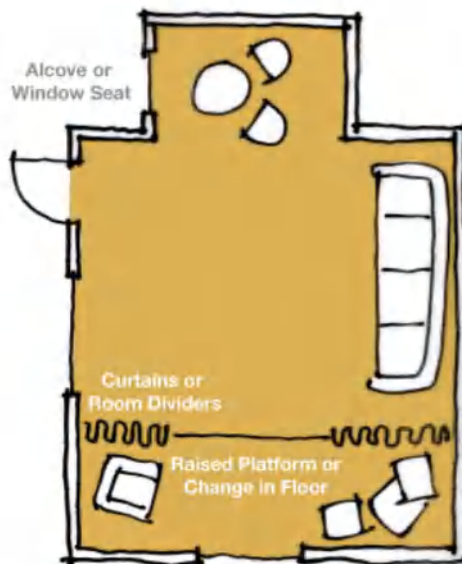
- Caminhos que incentivem as crianças explorarem o espaço externo. Estratégias atraentes para estimularem as crianças a se movimentarem e terem novas experiências com o mundo externo.
- Diferentes tipos de áreas. Marcações de solo, diferenciação de piso, ajudam a abranger todos os tipos de espaços como playground para crianças, jardinagem para os adultos, etc.
- Espaços exteriores para uso o ano inteiro. Oferecer espaços externos cobertos e não-cobertos, facilitando o uso durante as estações chuvosas e estações quentes.

Espaço comum

Espaços que são de uso de todos, como salas de estar, de televisão ou salas silenciosas podem fazer uso de estratégias como:

- Acesso visual em todo edifício aumenta a autonomia dos residentes. A capacidade de ver quem está em um espaço comum antes de entrar nele é essencial na auto-determinação, seja por meio de janelas ou recortes internos.
- Espaços tranquilos fora dos quartos. Segundo a Cartilha Building Dignity, em 1992, pesquisadores entrevistando moradores de abrigos descobriram a necessidade de ambientes com mais privacidade. Como uma sala “silenciosa” de estar, sem TV, aparelho de som ou semelhantes, apenas móveis confortáveis.
- Alcovas permitem que os moradores se retirem de situações de grupos maiores. Nichos ou espaços periféricos permitem criar seu próprio espaço e ainda assim estar em um espaço maior e uso de materiais adequados as características locais. (Figura 4)
- Facilite a roupa. As lavanderias devem ser em locais acessíveis, amplos para que as residentes possam levar os filhos quando tiverem que fazer a atividade.
- Flexibilidade dentro dos espaços. Móveis mais leves e modulares incentiva os residentes a transformarem o espaço de acordo com suas necessidades.
- Luz do dia abundante e vistas para o exterior promovem bem-estar. Salas, janelas e claraboias permitem a visualização do espaço externo e maximizam a luz solar, podendo conter persianas ou outro artifício de controle.
- Espaços de encontro privados permitem que os moradores se reúnam. Quando o modelo de habitação é de apartamentos individuais, é interessante haver espaços que gerem interação entre os usuários em cada andar do prédio, sem que percam suas privacidades dentro das suas unidades.

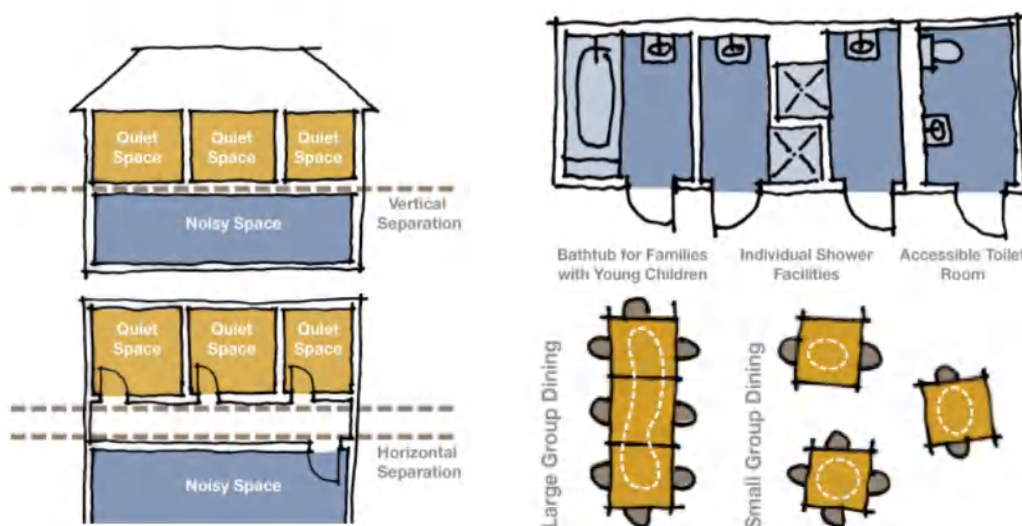
Figura 4 – Alcovas e nichos.



Fonte: Disponível em: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

- Separar áreas barulhentas de áreas silenciosas. Evitando assim conflitos entre os residentes
- Banheiros amplos reduzem o estresse e aumentam a dignidade. O ideal é que cada família tenha seu banheiro, quando isso não for possível, recomenda-se que haja baterias de banheiros com as funções separadas, ajudando assim a rotina dos pais e filhos.
- Controle da acústica (não das pessoas). Paredes bem vedadas, com ferragens para portas e vedação conta intempéries podem ajudar a controlar ruídos. (Figura 5)

Figura 5 –Conjunto de estratégias para espaços comuns.



Fonte: Adaptada de: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

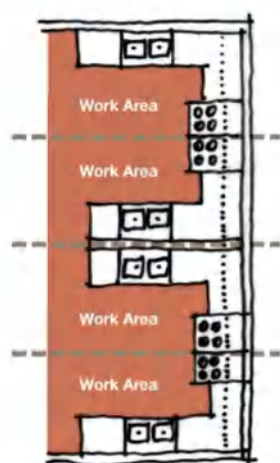
Cozinha

A cozinha é uma das áreas mais importantes da casa, onde há a interação entre as abrigadas e momentos em família, mas também pode ser conflituosa se for espaço não for generoso e atender a todos os núcleos familiares. Algumas soluções são essenciais para esse ambiente:

- Idealmente, cada família teria sua própria cozinha e área de jantar. Abrigos em que a configuração é de unidades de apartamentos pode dispor melhor desses ambientes. (Figura 6)

- Caso haja cozinhas comunitárias, planejar para vários usuários simultâneos. Amplo espaço físico, bancadas generosas, vários cooktops, espaço generoso nas geladeiras, múltiplas pias, etiquetas e sinalizações para organização, armazenamento para itens como cadeiras.
- Móveis flexíveis permitem que os residentes comam juntos ou separados. Mesas menores podem ser reunidas para refeições em família ou separadas para um espaço pessoal.
- Uma cozinha industrial pode dar aos residentes a oportunidade de construir autossuficiência econômica. Alguns programas de abrigo contam com cozinhas industriais que não são para uso do dia-a-dia, mas aulas de culinária e confeitaria, aumentando assim as opções econômicas dos residentes.
- Espaço de cozinha abundante. Caso a cozinha seja compartilhada, o uso de núcleos ajuda a minimizar conflitos.

Figura 6 – Núcleos de cozinhas.



Fonte: Disponível em: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

Espaço privado

Os espaços privados são parte essencial para recuperar a autonomia e dignidade das mulheres e seus filhos. Essas são algumas soluções para projetar esses espaços:

- Beleza nos espaços. A beleza não é sobre materiais caros ou luxo, o uso das cores, proporção e textura pode tornar o ambiente edificante, familiar e amigável.
- Apartamentos individuais permitem que os residentes escolham quando ter outras pessoas em seu espaço. As moradoras que vivem nessas unidades individuais apreciam o controle social delas e dos seus filhos, convidar um outro para entrar e tomar um chá ou conversar quando há vontade.

gerem interação entre os usuários em cada andar do prédio, sem que percam suas privacidades dentro das suas unidades.

- Entradas de espaços privados com portas, persianas holandesas permitem que os residentes controlem seu ambiente. Os moradores podem sinalizar que estão abertos à socialização a partir da abertura de uma das partes destas portas. (Figura 7)
- Espaços flexíveis com comodidades compartilhadas tornam possível acomodar famílias muito grandes, famílias menores ou vários indivíduos. Quando a configuração de apartamentos privativos não é possível, unidades compartilhadas menores podem manter a escala da vida comunitária mais gerenciável.
- Considere a escala ao configurar os alojamentos compartilhados. A vida em comunidade é cada vez mais difícil de gerenciar a medida que o tamanho e a diversidade cultural aumentam.

Figura 7 – Conjunto de estratégias para espaços privados



Fonte: Adaptada de: < <https://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

- Oportunidade de personalização incentivam os moradores de expressarem sua identidade cultural. Personalizar portas, quadros de avisos, painéis de aderência e placas de sala pode ajudar as famílias a se sentirem em casa.
- Ofereça inspiração. Nomear salas para mulheres poderosas serve como inspiração para as residentes

Espaço técnico

O local onde ficarão os funcionários e equipe técnica também precisa de planejamento, entre eles:

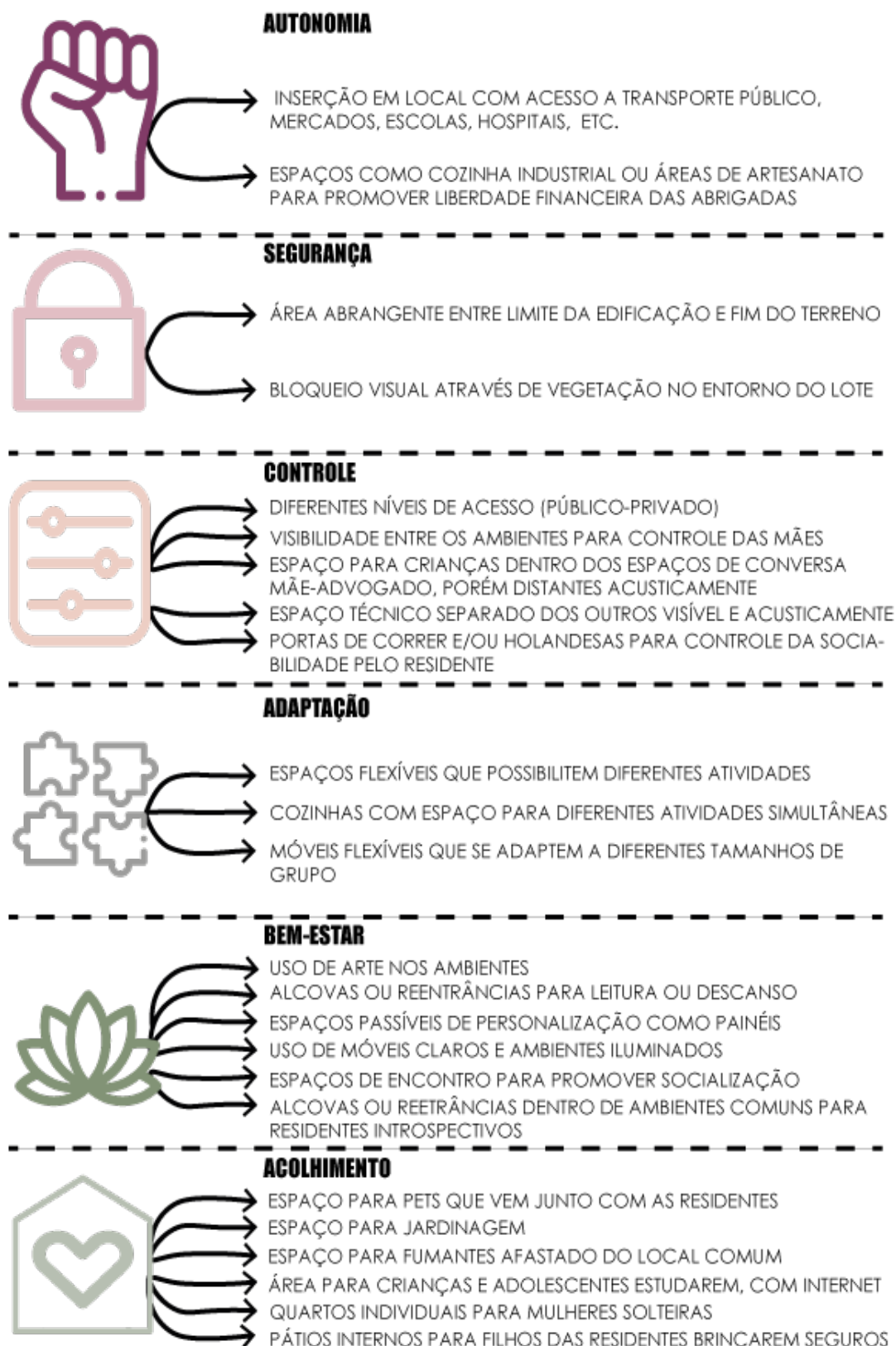
- Espaços acusticamente e visualmente separados mantém as conversas em sigilo. Pequenas salas de reunião com os residentes com persianas nas janelas, permitem o controle de luz e privacidade.
- Sistema de segurança e acesso controlado por residentes evita que a equipe tenha que monitorar continuamente entradas e saídas.
- Armazenamento generoso e eficiente. A localização de uma pequena área de armazenamento adjacente a sala de trabalho facilita o acesso da equipe aos itens de necessidade dos residentes.



ACOLHER E
ABRIGAR

Usando a Cartilha Building Dignity, já destrinchada anteriormente, como base, foi possível criar alguns critérios para análise dos projetos correlatos. Estes critérios possuem estratégias pertinentes na elaboração de espaços dessa natureza e ao decorrer da análise serão sinalizadas por símbolos caso a obra estudada tenha uma ou mais dessas estratégias.

Figura 8 – Critérios para análise de correlatos e suas estratégias.



Abriço para Vítimas de Violência Doméstica em Israel

Ficha técnica

Arquitetos: Amos Goldreich Architecture, Jacobs Yaniv Architects

Ano: 2018

Localização: Israel

Área: 1600 m²

Figura 9 – Inserção - correlato 1.



Fonte: Disponível em: <<https://www.agarchitecture.net/project>>. Acesso em 08 ago. 2020.

O edifício idealizado por Amos Goldreich Architects e Jacobs Yaniv Architects em parceria com o grupo internacional “No To Violence” fica localizado em Israel, num bairro residencial, cercado por blocos de flats. No briefing² do projeto foi especificado uma localização que provesse os recursos à comunidade, como lojas, clínicas, escolas, parques etc.

Amos Goldreich Architecture (2018) afirma que o terreno foi fornecido pelos órgãos municipais, porém com certa resistência, devido a insatisfação de vizinhos. Após seis anos de consultas aos órgãos superiores de justiça, foi aprovada a construção, que começou em 2015 e finalizou em 2018.

Figura 10 – Pátio interno.

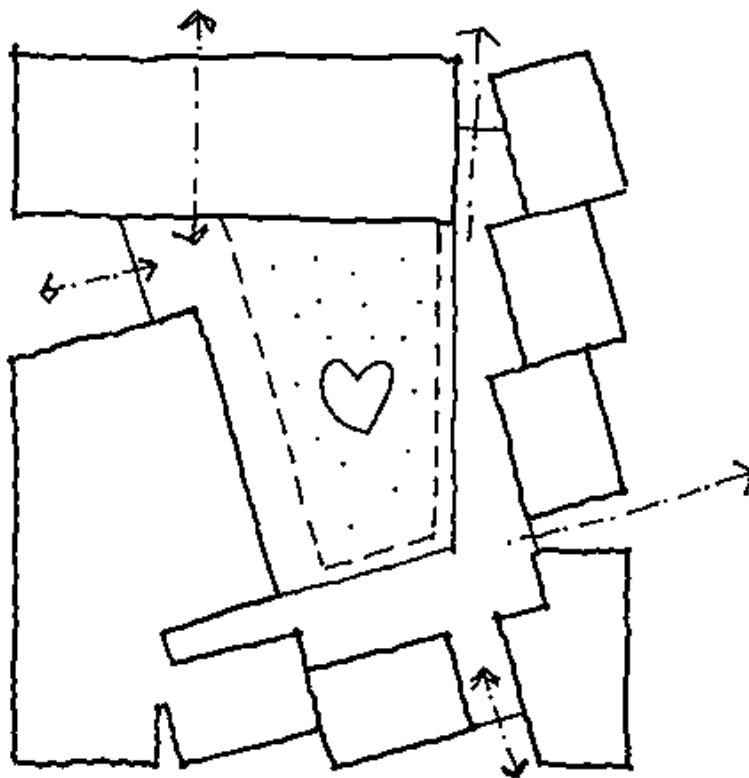


Fonte: Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020

² Tradução: instruções, guia.

O pátio interno é o coração do projeto, além de possibilitar um espaço de recreação para as crianças, conecta os ambientes com visibilidade interior-exterior. Dele partiu a concepção de todo o projeto, onde a disposição dos ambientes se faz ao seu redor (Figura 11). Com essa estratégia, além de promover acolhimento para os filhos das abrigadas que chegam ainda assustadas aos abrigos, possibilita o controle dos pais por ser um espaço visualmente desobstruído, além de gerar encontros, estimulando assim a sociabilidade, aspecto importante para o bem-estar.

Figura 11 – Croqui original.



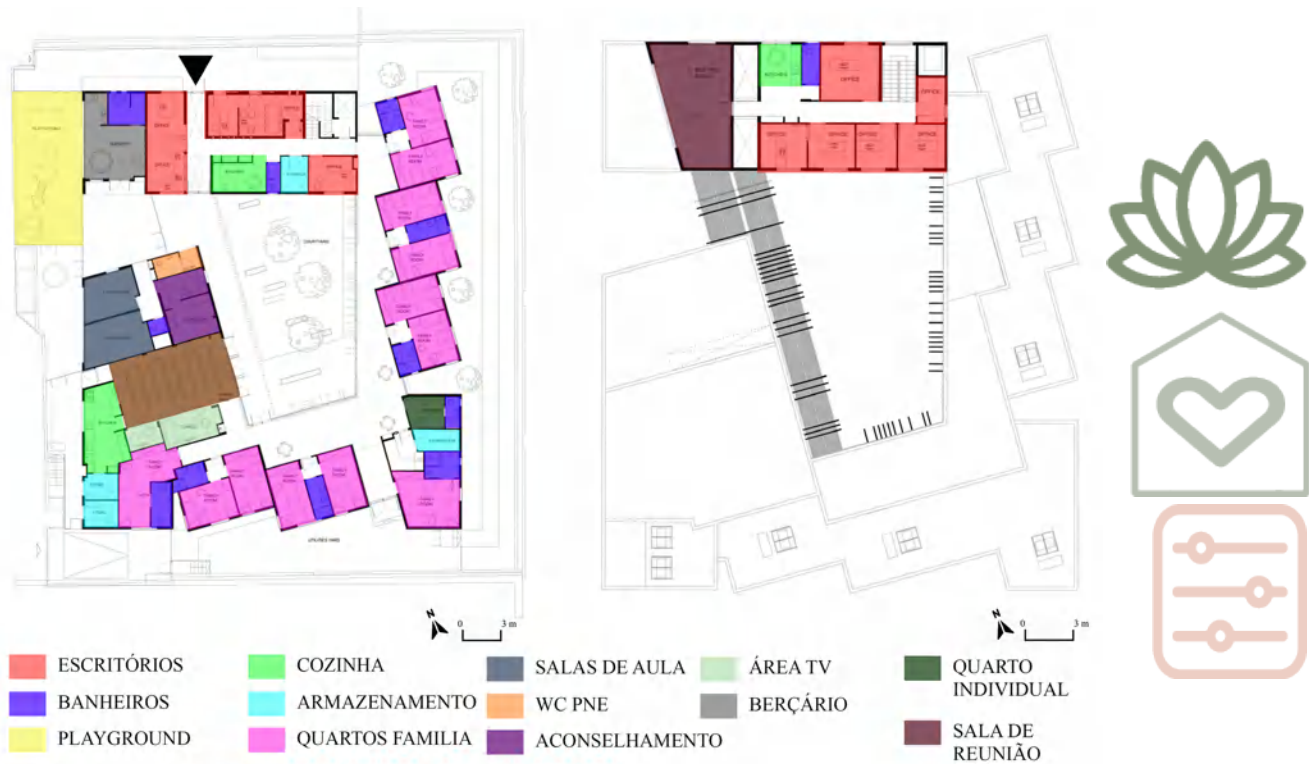
Fonte: Disponível em: < <https://por.architecturaldesignschool.com/no-violence-shelter-87558>>. Acesso em 08 ago. 2020.

O abrigo é como uma pequena aldeia, acomoda doze famílias, onde supõe-se que, em média, cada mulher tenha três filhos cada uma. As famílias tem sua privacidade garantida mesmo convivendo com outros abrigados e com os funcionários, uma vez que cada uma recebe uma pequena casa separada das áreas comuns, pois estes ambientes tem também função comunitária, ou seja, além de atenderem a demanda interna, funcionam como suporte para a comunidade local, como é o caso do berçário, que atende tanto aos filhos das abrigadas quanto aos filhos das mães da comunidade.

As pequenas casas, localizada em maior parte a leste (Figura 12), ficam protegidas do impacto do sol a oeste, porém se encontram também obstruída da ventilação natural, uma vez que em Israel, segunda Climatempo³, os sentidos do vento são oeste e sudoeste. O pátio interno atua como uma solução para amenizar esse bloqueio, contribuindo para a ventilação cruzada.

Os banheiros que atendem aos dormitórios são distribuídos um para cada duas famílias, havendo apenas uma unidade em que o banheiro é exclusivo para a pequena casa e uma unidade em que o banheiro é exclusivo para o quarto, no caso, da mulher solteira. A privacidade é muito valorizada nesse tipo de abrigo, segundo a Cartilha Building Dignity, pois devido aos inúmeros traumas sofridos, nem sempre as recém-chegadas conseguem ter contato tão abertamente com outras pessoas, por isso, o indicado seria ou um banheiro para cada família ou um coletivo com diversas duchas separadas.

Figura 12 – Planta-baixa térreo e primeiro pavimento.

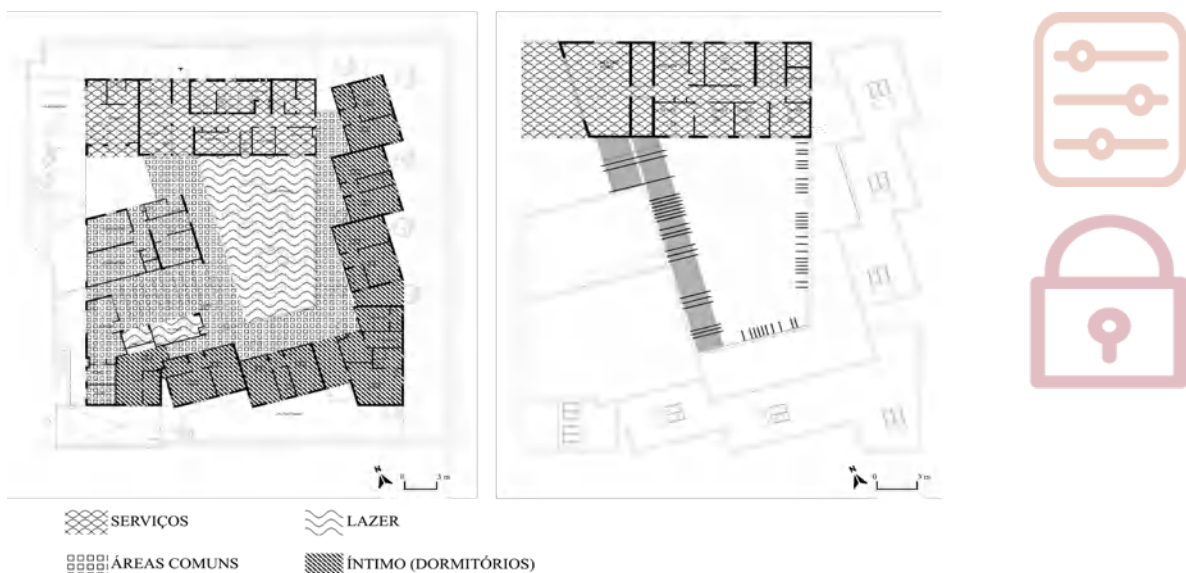


Fonte: Adaptada de: < <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

Algumas áreas que tem menor tempo de permanência, como cozinha e armazenamento ficaram posicionadas a oeste, servindo como barreira da incidência solar para proteger os outros ambientes que tem maior uso, porém as duas salas de aula também estão localizadas nessa zona, e por terem uso diário de longa duração, pode vir a prejudicar os usuários do local.

O refeitório é localizado próximo a cozinha e esta por sua vez é interligada ao armazenamento, esta conexão facilita o fluxo de armazenar-preparar-comer. A junção destes ambientes com a sala de TV, a sala de aconselhamento, dois banheiros e as salas de aula, formam o bloco das áreas de uso comum (Figura 13). É possível notar essa separação dos blocos bem definida no projeto, onde o pátio interno funciona como elemento que conecta todos eles.

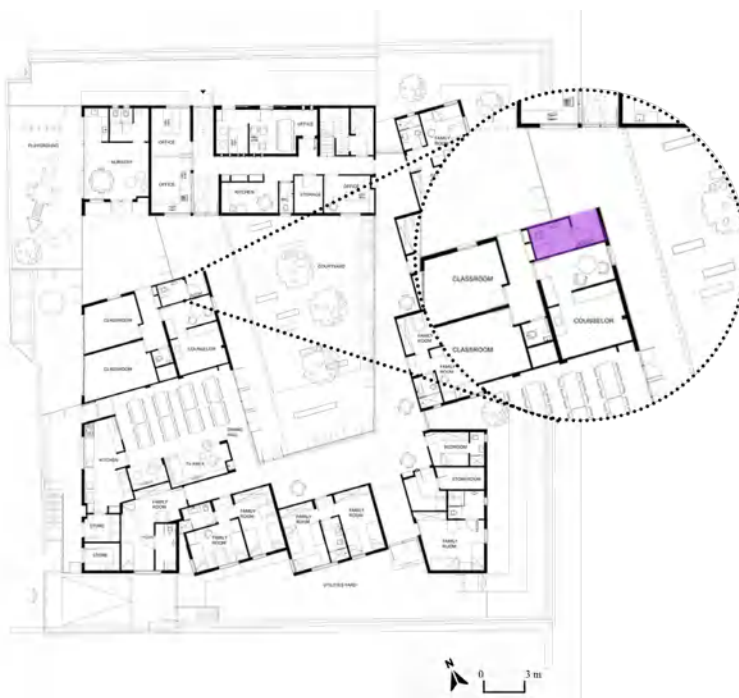
Figura 13 – Áreas/zonas.



Fonte: Adaptada de: < <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

Algo inusitado ao analisar a planta deste edifício é perceber um WC acessível (Figura 14), o único do abrigo, localizado não intercalado entre os dormitórios, o que faz com que a cadeirante, caso haja, tenha a imposição de estar em alguma das casas do lado esquerdo ou atravessar todo corredor para poder fazer uso do banheiro.

Figura 14 – Detalhe WC PNE



Fonte: Adaptada de: <<https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

O setor técnico, tanto no térreo quanto no primeiro pavimento, se encontra acusticamente e visivelmente separado das outras zonas. Essa separação é um ponto positivo, pois propicia tanto o controle e privacidade dos funcionários quanto o bem-estar dos abrigados, separando assim o ambiente de convívio do ambiente de resolução de pendências, como conversas com advogados, entre outros.

Quanto a materialidade do edifício é possível perceber a tendência a sobriedade, com uso de pedras e materiais de uso local, revestindo todo o exterior de forma monocromática (Figura 15), estratégia acertada, visto que por ser uma construção de caráter sigiloso, esses abrigos não devem conter placas ou qualquer tipo de sinalização, por questões de segurança.

Figura 15 – Exterior



Fonte: Adaptada de: <<https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

Casa Albergue KWIECO

Ficha técnica

Arquitetos: Hollmen Reuter Sandman Architects

Ano: 2015

Localização: Tanzânia

Área: 423 m²

Figura 16 – Inserção - correlato 2.



Fonte: Adaptado de: < <https://www.archdaily.com.br/br/775596/casa-albergue-kwieco-hollmen-reuter-sandman-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

A obra é idealizada por Hollmén Reuter Sandman Architects, um trio de arquitetas finlandesas que tem atuação em vários países da África, juntamente com a ONG Ukumbi que fornece assessoria jurídica e habitação para vítimas de violência doméstica. Segundo Archdaily (2015), a captação de recursos foi feita pelo Ministério de Relações Exteriores da Finlândia, que tem atuação filantrópica em diversos países da África. Para esta obra foi possível arrecadar os fundos para a primeira fase de construção, que finalizou em 2015, e conta com as áreas essenciais do projeto como quartos, cozinha, lavanderia etc., enquanto a segunda fase compreende ambientes de caráter técnico como salas de aconselhamento/psicólogo, escritórios e armazenamento. A segunda etapa não tem previsão de construção. Para uma análise mais completa será explorado não só a parte que se encontra construída, mas o projeto todo, compreendendo assim todas as estratégias projetuais.

O edifício conta com alguns pátios internos (Figura 17), que são distribuídos ao longo do lote. A disposição destes pátios é mais dispersa e não única e centralizada como no projeto anterior, esse tipo de solução proporciona diversos nichos de socialização e ventilação e permite rearranjar a ocupação do lote.



Fonte: Adaptado de: < <https://www.archdaily.com.br/br/775596/casa-albergue-kwieco-hollmen-reuter-sandman-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

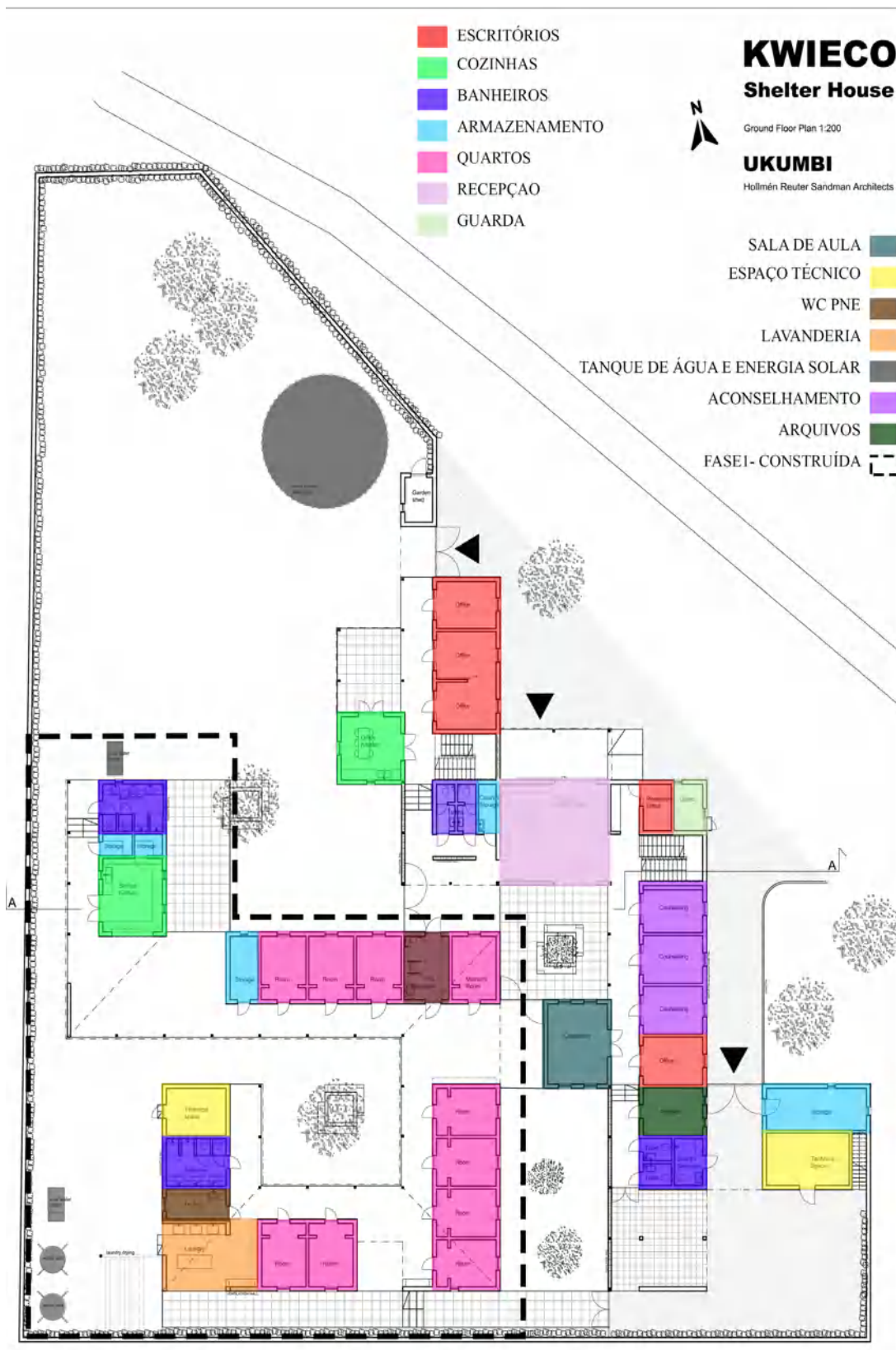
Segundo Weatherspark4, os ventos na Tanzânia vêm de direção sul e leste. Sendo assim, entende-se que os dormitórios estão em local beneficiado pelos ventos vindos do sul (Figura 18). É possível notar também que as arquitetas posicionaram as áreas molhadas como cozinha, banheiro e lavanderia a oeste, como forma de barreira solar para os outros ambientes e aproveitando a incidência solar para secagem de roupas, pratos, etc.

O edifício é pensado para atender a vinte pessoas (mulheres e filhos), alojados em quartos coletivos. Há dois banheiros para os residentes, ambos com duchas e cabines individuais, ponto positivo, bem como o WC PNE que se encontra localizado entre os quartos.

Não há um local específico para realizar as refeições, como refeitórios ou grandes mesas na cozinha. Assim como em residências, a cozinha é a alma da casa, reúne e alimenta. A falta de um ambiente para alimentação coletiva ou uma cozinha mais abrangente é um ponto negativo do projeto.

A sala de primeiros socorros é um diferencial, pois pode ser usado ocasionalmente como consultório. Os reservatórios e o equipamento de energia solar próximos aos banheiros e lavanderia é outra estratégia em destaque do projeto, pois diminui gastos e previne escassez de recursos, bem como a proximidade destes de áreas molhadas que reduz despesas com tubulações, economizando assim no valor total da obra.

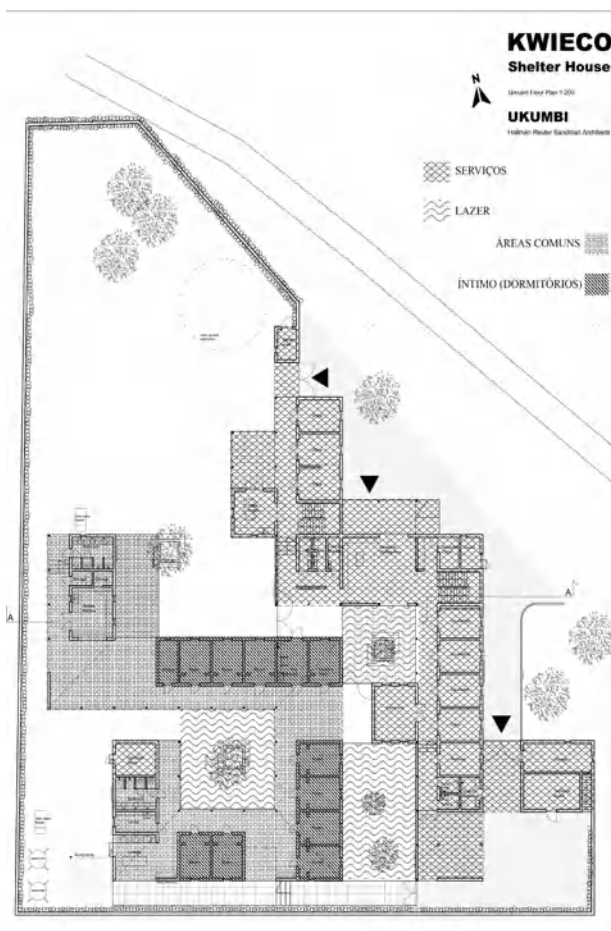
Figura 18– Planta-baixa.



Fonte: Adaptado de: <<https://www.flickr.com/photos/hollmenreutersandman/albums/72157671364672044>>. Acesso em 08 ago. 2020

Assim como no projeto anterior, é possível notar na Casa Kwieco a separação física clara entre os blocos íntimo e técnico (Figura 19), a estratégia, já comentada anteriormente, é muito relevante no quesito controle. Percebe-se também três entradas, para o edifício, uma próxima aos escritórios, entendida como acesso para os funcionários dos escritórios; uma mais ao sul direcionada ao armazenamento e sala técnica, onde supõe-se que seja para carga e descarga, e outra principal ligada a recepção. Essa diferenciação de entradas propicia controle e organização dos fluxos dos ambientes.

Figura 19 – Áreas/Zonas.



Fonte: Adaptado de: <<https://www.flickr.com/photos/hollmenreutersandman/albums/72157671364672044>>. Acesso em 08 ago. 2020.

É importante perceber a divisão de público, semipúblico e privado em ambos os projetos (Figura 20), essa solução pode ser entendida como outra tática usada para facilitar o controle, principalmente no caso do abrigo em Israel, em que o berçário funciona para comunidade também.

Figura 20 – Público, semipúblico e privado nos dois correlatos.



Fonte: Adaptado de: <<https://www.flickr.com/photos/hollmenreutersandman/albums/72157671364672044>> e <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em 08 ago. 2020.

A materialidade do projeto gira em torno dos materiais locais, como as portas de bambu, cimento queimado, piso de pedras e garrafas de vidro como recortes de luz, que foram instalados também pela mão de obra local. Há também a inserção da arte regional, como é o caso do portão do abrigo, que traz cores e dizeres dos povos daquela região. (Figura 21).

Figura 21 – Material e mão de obra local.



Fonte: Adaptado de: <<https://www.flickr.com/photos/hollmenreutersandman/albums/72157671364672044>>. Acesso em 08 ago. 2020.

Como esses dois projetos aqui analisados tem semelhanças entre si, foi elaborada uma tabela para comparar as estratégias utilizadas por ambos e entender melhor quais foram fundamentais para atender suas demandas. (Tabela 4)

Tabela 4 - Abrigo em Israel x Casa KWIECO

	Casa Albergue KWIECO	Abrigo em Israel	Comentários
Quartos familiares individuais	✗	✓	
Espaço técnico separado dos espaços comuns e íntimos	✓	✓	
Espaço entre a edificação e lote	* ✓	✗	*O espaço que há entre o prédio e o lote se dá apenas por que a segunda fase do edifício não está construída
Pátios internos	✓	✓	
Uso de material e mão de obra local	✓	✓	
WC individual ou com mais de 1 ducha	✓	✗	
Entrada separada para funcionários e armazenamento	✓	✗	A entrada diferenciada ajuda no controle de fluxos e mercadorias
Local especificado em planta para armazenamento de água e energia solar	✓	✗	Ideal que haja o planejamento de cisternas ou tanques e de preferência próximos a espaços como lavanderia e banheiros
Cozinha e WC exclusivos para área técnica	✓	✓	
WC PNE	* ✓	✓	* A localização incoerente
Salas primeiros socorros	✓	✗	
Uso de arte no local	✓	✗	
Berçário	✗	✓	
Refeitório	✗	✓	
Salas de estudo	✓	✓	
Lavanderia	✓	✗	
Estética exterior sóbria	✗	✓	
Área técnica contendo escritórios, salas de aconselhamento (psicólogo) e armazenamento	✓	✓	

Fonte: Autoria própria

Casa de Jajja

Ficha técnica

Arquiteta: Mariana Montag

Ano: 2019

Localização: Kikajjo, Kampala, Uganda

Área: 80 m²

Figura 22 – Jajja na sua casa.



Fonte: Acervo Mariana Montag

O projeto foi desenvolvido como um trabalho de conclusão de curso da arquiteta brasileira Mariana Montag, porém com uma cliente real. A ideia era desenvolver um protótipo de moradia replicável para mulheres da zona rural de Uganda e feitas por meio da autoconstrução.

Toda a concepção do projeto foi desenvolvida após imersão no vilarejo de Kikajjo em Uganda, local de implantação do projeto, e com consulta direta a cliente Jajja (Figura 23). Jajja é uma senhora de 75 anos, avó de Rose e Gift.

Figura 23 – Jajja e Mariana discutindo ideias.



Fonte: Acervo Mariana Montag

Apesar do projeto ter a finalidade de moradia, a ideia e o princípio norteador por trás dele vai muito além disso, possibilita se aprofundar nas questões de gênero, onde mulheres, através de oficinas de capacitação, emancipam os papéis na sociedade.

Quatro diretrizes basearam o projeto: Academia x Realidade, onde indaga-se se os estudantes de arquitetura pensassem demandas reais e a academia ultrapassasse os limites teóricos e partisse para prática; Moradia e gênero, pensa-se sobre a mulher como agente desenvolvedor das suas casas, função que geralmente é designada aos homens, o processo construtivo questiona os papéis de gênero através da construção; Replicabilidade e escalabilidade, o sistema construtivo flexível permite que possa ser replicado em outras zonas rurais com climas semelhantes, além de prever a continuidade do processo, gerando assim uma cooperativa entre mulheres de forma a rentabiliza-las; Arquitetura produto x Arquitetura processo, a casa é vista como um produto para uma família, mas nesse projeto, todo o processo de concepção está dentro do processo, desde o desenho até as tecnologias locais e recursos humanos.

Figura 24 – Etapas



Fonte: Acervo Mariana Montag

A materialidade gira em torno das observações feitas pela arquiteta sobre a herança construtiva em sua imersão no local. Tijolos de adobe como alvenaria, estrutura de madeira, piso de cimento queimado e painéis de tecelagem de palha, tudo de acordo com recursos humanos e naturais do lugar (Figura 25). Toda produção foi feita in loco, processo empírico até chegar no ideal. A mão de obra contava com pedreiros contratados e mulheres aprendizes.

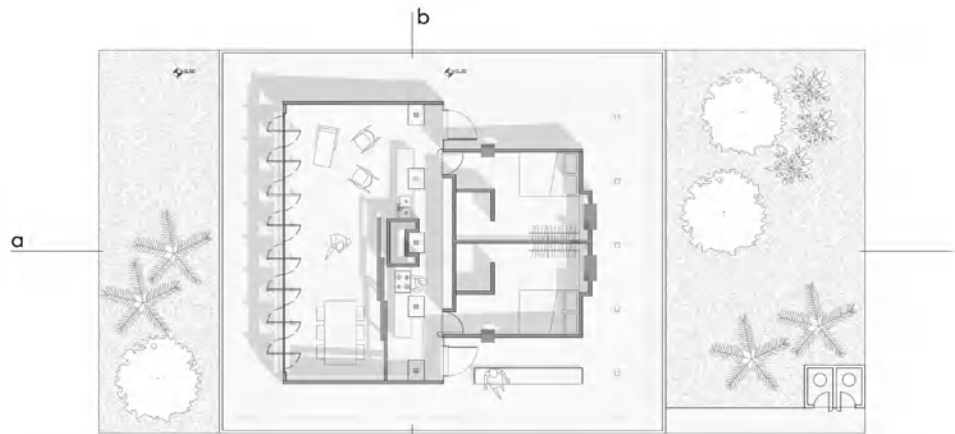
Figura 25 – Painéis de tecelagem de palha.



Fonte: Acervo Mariana Montag

A casa possui dois quartos, o núcleo íntimo, rodeado por alpendres, cozinha e sala, com painéis pivotantes separando o externo do interno. Segundo o Portal Vitruvius (2019), as atividades diárias do lar são feitas em sua maioria pelas mulheres do lado externo da casa, em baixo da sombra de uma árvore, então compreendendo estes costumes locais, houve a necessidade de trabalhar a flexibilidade da casa totalmente fechada, aberta e semiaberta. (Figura 26)

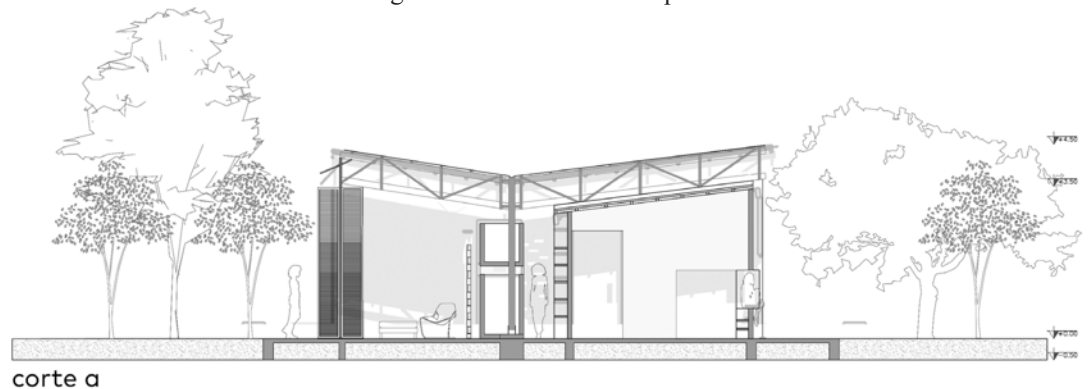
Figura 26 –Planta-baixa.



Fonte: Acervo Mariana Montag

A cobertura se destaca no projeto por ser independente, possibilitando assim a entrada de ventilação natural, além de ser uma solução para captação de água, uma vez que é formada por treliças invertidas que se apoiam em pilares fixos no chão, direcionando a água da chuva para um aproveitamento interno. (Figura 27)

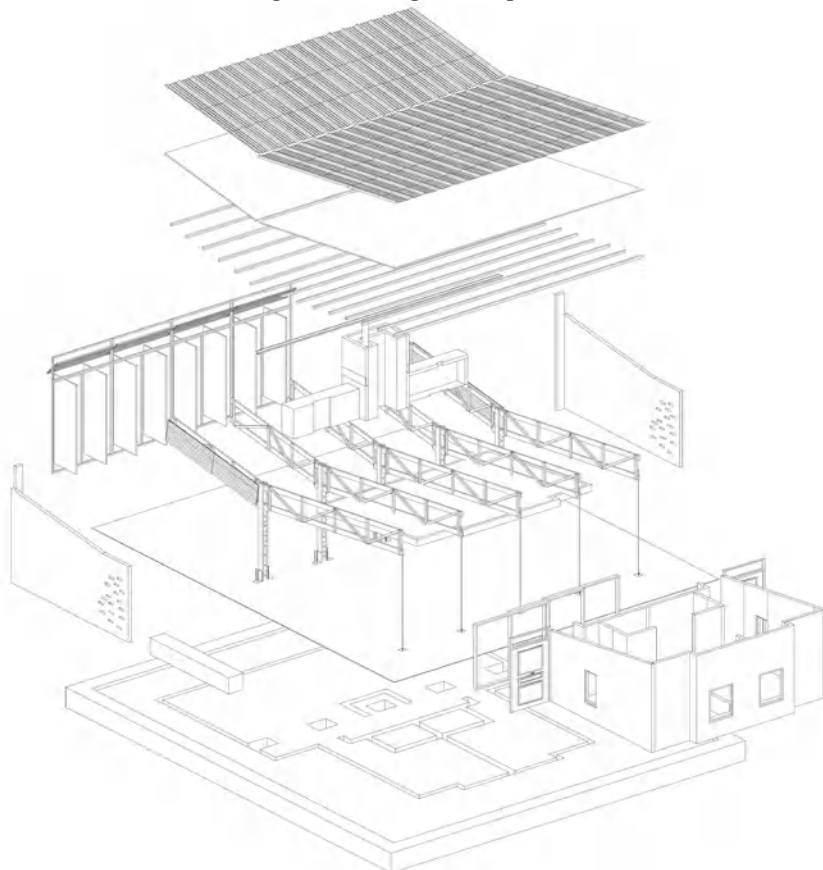
Figura 27 – Corte AA e maquete.



Fonte: Acervo Mariana Montag

A sala e cozinha são divididas por painéis, e formam o núcleo de uso comum do projeto. Além das esquadrias de palha, recortes de tijolos intercalados são usados como forma de ventilação no interior da residência. Ao redor da alvenaria foi feito uma viga de amarração, reforçando a estrutura da casa. (Figura 28)

Figura 28 – Esquema explodido.



Fonte: Acervo Mariana Montag

Um diferencial deste projeto é a idealização das mulheres como mão de obra principal. Os materiais e técnicas de trabalho foram pensados para ergonomia feminina através de workshop. (Figura 29)

Figura 29 – Ergonomia feminina.

Modular - Cabuier

Peça desenvolvida em resposta a questão

Hipóteses de issagem

A 150mmx15mmx50mm D 150mmx15mmx50mm
 B 150mmx15mmx167mm E 150mmx15mmx156mm
 C 150mmx15mmx120mm F 150mmx15mmx160mm

Possibilidades de uso

Anaóime Escalão Espreguadeira Arquibancada

Workshop com alunos e clientes para testar as hipóteses

Uma estrutura considerando a ergonomia feminina foi concebida num workshop para estudantes, a fim de tornar o processo de construção coerente.

Fonte: Acervo Mariana Montag

Todos os projetos contribuíram de forma positiva na elaboração deste trabalho. O Abrigo em Israel e a Casa Kwieco são muito semelhantes, por isso, ambos possuem estratégias que podem ser igualmente destacadas: pátios internos, blocos de uso diferentes bem definidos, transição público-privado, etc. Separadamente pode-se ressaltar, da Casa Kwieco: WCs com cabines separadas, entradas diferenciadas, planejamento de armazenamento de água e energia solar. Já do Abrigo em Israel: refeitório, quartos familiares individuais e equipamentos internos com uso compartilhado com a comunidade.

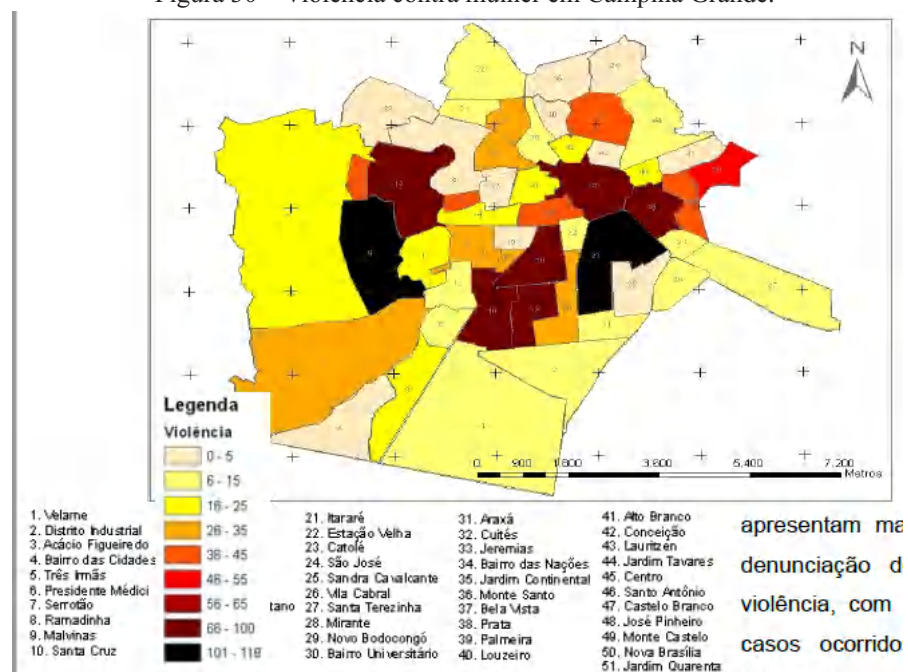
Já da Casa de Jajja, pode-se evidenciar quanto a materialidade, técnica construtiva e processo criativo do projeto. Como a coberta que facilita a entrada de ventos e aproveitamento da água da chuva; alpendres e painéis pivotantes como forma de promover sombra e controle da luz no interior da casa; respeito ao histórico construtivo do local, e além de ser um projeto feito por mulheres e para mulheres, ressaltando o objeto e o sujeito deste trabalho.

Após a análise dos correlatos foi possível compreender as necessidades básicas para escolha do local de implantação de uma casa-abrigo na cidade de Campina Grande. A seguir é apresentado o local de inserção proposto e suas características.

LOCAL DE INSERÇÃO PROPOSTO

Segundo os autores Bezerra e Araújo Neto (2014), os bairros com maior índice de violência contra mulher na cidade, são Malvinas e Catolé (Figura 30). É sabido que no bairro do Catolé há a DDM (Delegacia da Mulher) de Campina Grande, órgão que dá suporte às mulheres naquela região. Já nas Malvinas não há nenhuma instituição desse caráter. Por essa razão, foi pensado em estabelecer um local de implantação que fosse próximo a este bairro, mas não exatamente nele, tendo em vista que, para garantia de segurança da abrigada, não é viável que a mesma esteja no bairro em que foi agredida.

Figura 30 – Violência contra mulher em Campina Grande.



Fonte: Disponível em: < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3574-10725-1>>. Acesso em 15 set. 2020.

Levando em conta estas premissas de localização, juntamente com as diretrizes apontadas pela Cartilha Building Dignity, onde ressaltam a necessidade de escolha de um local com equipamentos que atendam a demanda interna e a comunidade, como postos de saúde, escolas, supermercados, transporte público, etc; como forma de promover autonomia e empoderamento das abrigadas, foi escolhido o bairro do Quarenta como bairro ideal para esta implantação. O bairro fica localizado na zona oeste de Campina Grande, tal qual as Malvinas, além de estar próximo ao Santa Rosa, bairro com diversos equipamentos e com forte comércio local. (Figura 31)

Figura 31 – Localização e equipamentos.



Fonte: Adaptada de: Google Earth

O terreno escolhido tem 2865 m², abrange seis lotes e fica localizado na Rua do Sol, bairro do Quarenta (Figura 32).

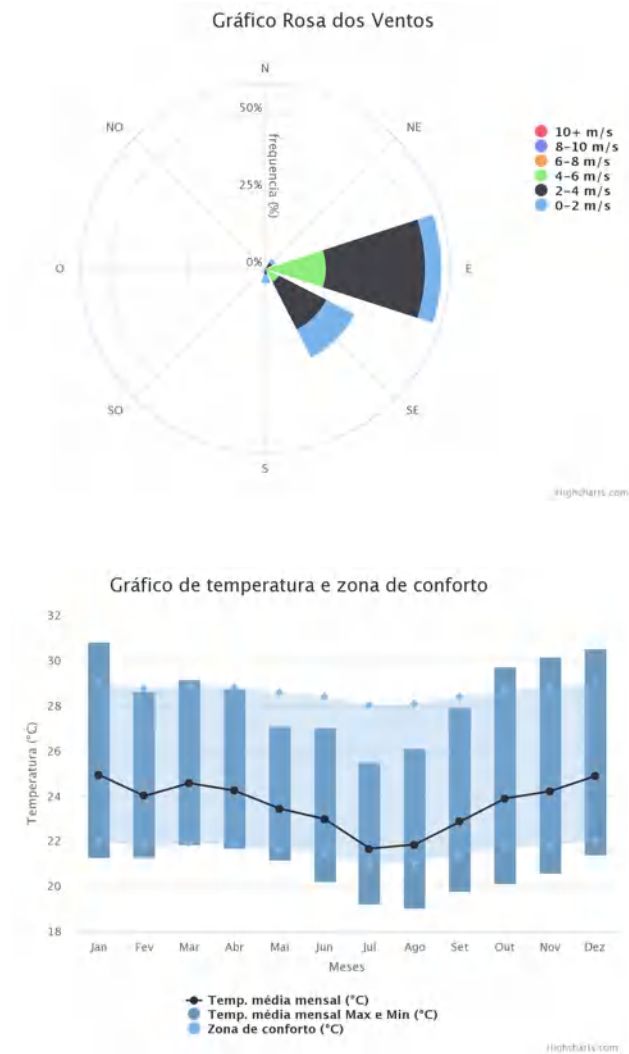
Figura 32 – Terreno



Fonte: Adaptada de: Google Earth e SEPLAN

Segundo o Projeteo os ventos vêm majoritariamente de leste (4-6 m/s) e sudeste (2-4 m/s) e a incidência solar de leste e oeste, com temperatura média mensal variando de 21° C e 25° C. (Figura 33)

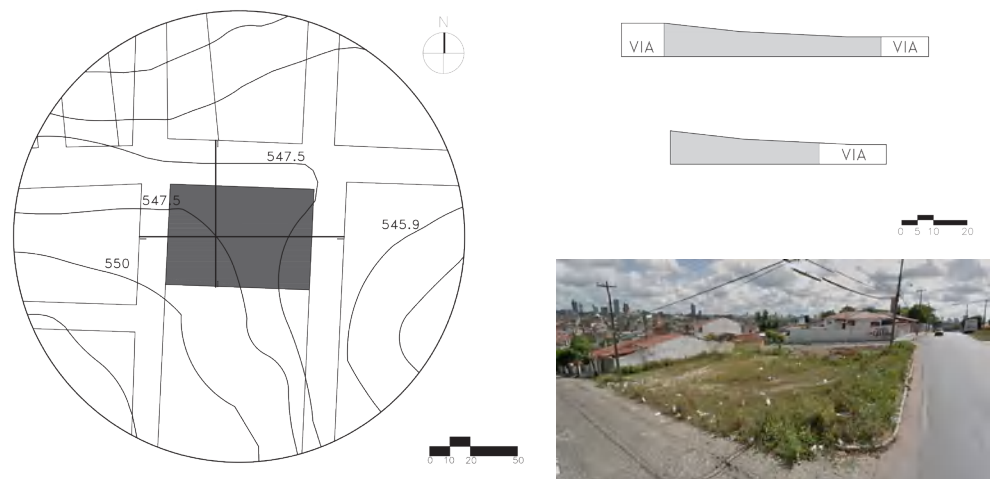
Figura 33 – Condicionantes climáticos



Fonte: : Disponível em: < http://projeteo.mma.gov.br/dados-climaticos/?cidade=campina+grande&id_cidade=>. Acesso em: 13 de out. 2020

Tem topografia acidentada com desnível de até dois metros de altura (Figura 34) Com o nível mais alto partindo da Rua do Sol em declive para o fim do terreno.

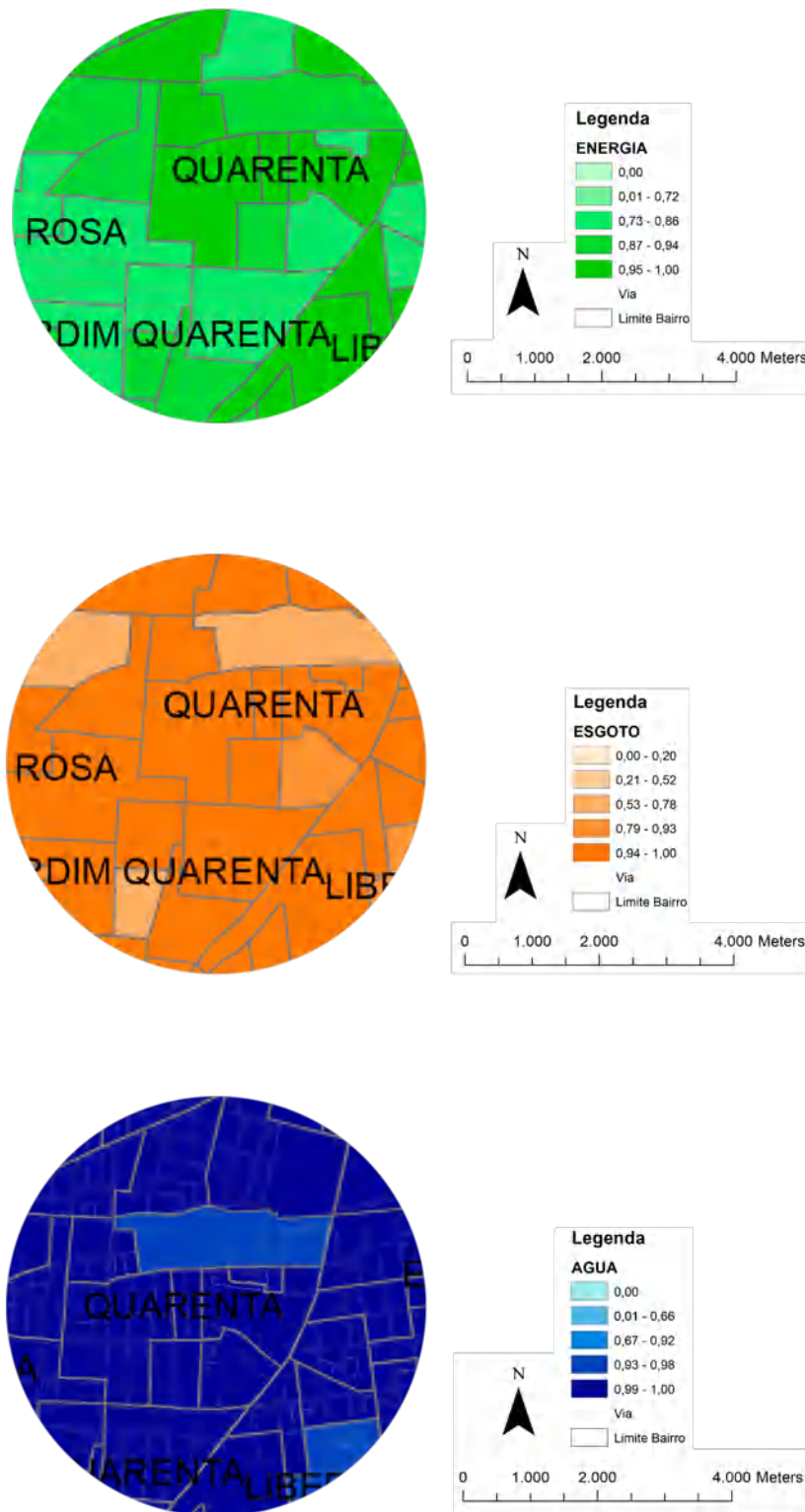
Figura 34 – Topografia e perfis topográficos transversal e longitudinal



Fonte: : Adaptado do Google Earth e SEPLAN

Os índices de distribuição de energia, coleta de esgoto e água são satisfatórios, reafirmando a boa infraestrutura do local. (Figura 35)

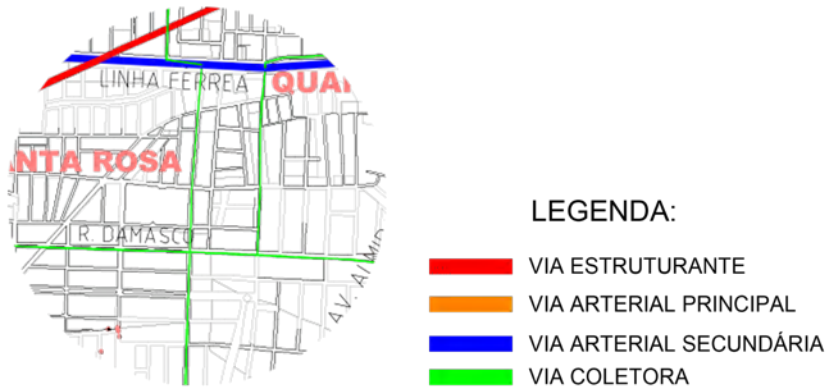
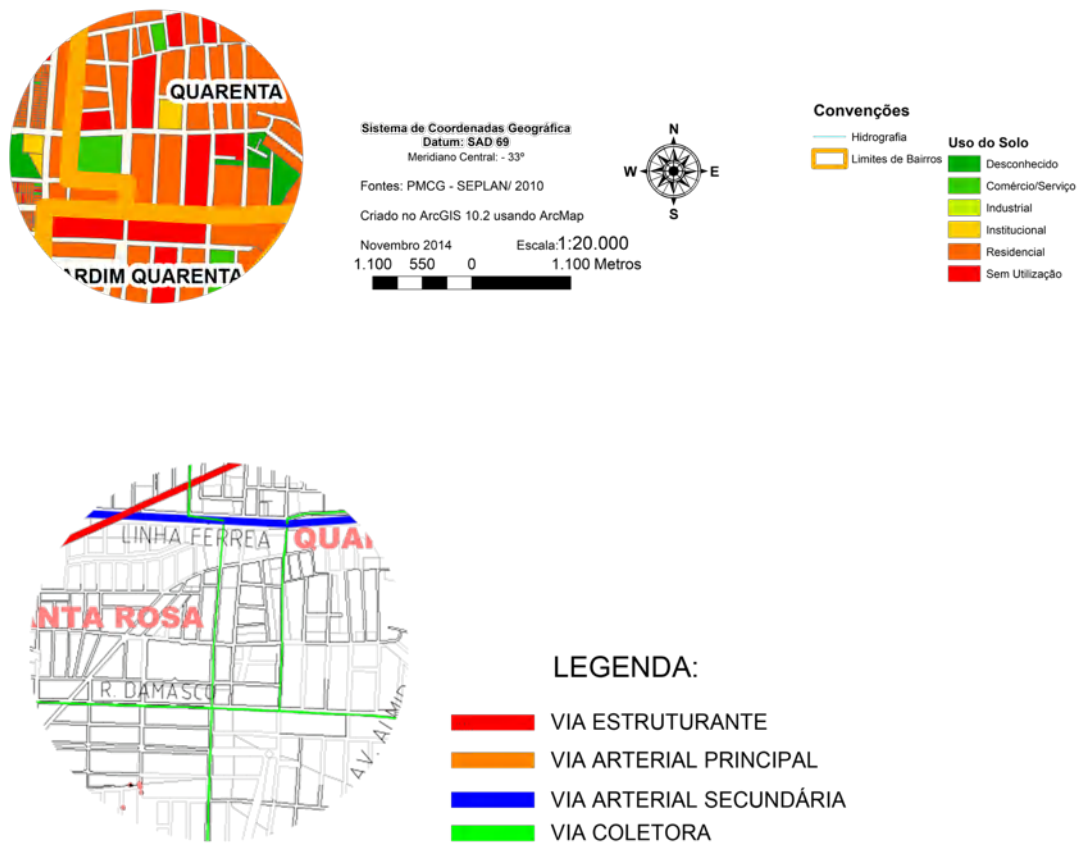
Figura 35 – Infraestrutura



Fonte: Adaptado de Google Earth

É possível perceber a predominância residencial no bairro, apesar de ter alguns vazios urbanos. Pode-se notar também algumas vias coletoras próximas, uma via arterial secundária, a Avenida Professor Almeida Barreto, e uma via estruturante, a Avenida Floriano Peixoto. (Figura 36)

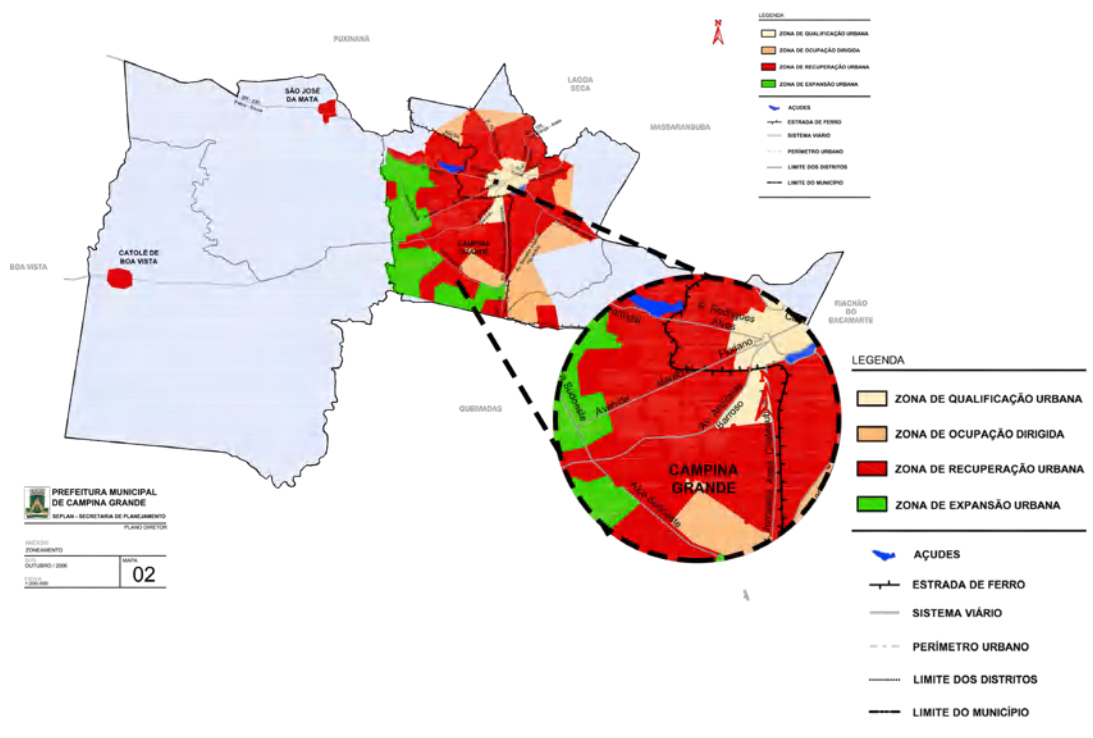
Figura 36 – Usos e vias



Fonte: : Adaptado do Google Earth e SEPLAN

O bairro fica localizado na Zona de Recuperação Urbana de Campina Grande, (Figura 37) segundo o Plano Diretor da cidade, por isso tem taxa de ocupação máxima de 60% e índice de aproveitamento máximo de 5,5, além da obrigatoriedade de atingir uma taxa de permeabilidade de 20% da área total do terreno. Os recuos serão advindos do cálculo baseado na altura do edifício através de fórmula estabelecida pelo Código de Obras da cidade.

Figura 37 – Zoneamento Plano Diretor - Campina Grande



Fonte: Adaptado de SEPLAN

Os condicionantes físicos, sociais e legais do local reforçam a escolha da implantação, que atende as demandas necessárias para construção de um edifício desta natureza.

ESTUDOS PRE-PROJETUAIS

Em visitas ao CRAM Campina Grande, órgão, que já mencionado anteriormente, faz parte da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, e precede o encaminhamento para as Casas-abrigo, constatou-se o atendimento frequente do total de 20 mulheres por essa instituição. Esse número foi usado como base para o cálculo dos ambientes propostos no projeto, além de usar também o Termo de Referência de Implantação das Casas-abrigos como suporte, onde é possível tomar conhecimento dos recursos humanos e físicos necessários.

6.1 Recursos Humanos:

[...]

4. Equipe interdisciplinar permanente: Profissionais de nível superior que atendam as áreas de saúde física, mental e promoção de cidadania. Acrescenta-se a necessidade de uma coordenadora para a Casa-Abrigo. Estes profissionais devem estar lotados na Casa-Abrigo e fazer parte da equipe permanente. Sugestão de quadro mínimo: Psicóloga; Assistente Social e Pedagoga ou profissional de educação infantil;

5. Equipe de apoio técnico: Profissionais de nível superior, que dêem suporte à área de saúde, nutrição, orientação e assistência jurídica às moradoras da Casa-Abrigo. Estes profissionais poderão estar vinculados a outros serviços, atuando em tarefas específicas junto a Casa-Abrigo. Sugestão básica: Nutricionista; Enfermeira e Advogada; 6. Equipe operacional: Profissionais de nível médio e / ou básico que atuem no provimento da infraestrutura. Sugestão de quadro mínimo: Agente Administrativo; Cozinheira; Auxiliar de Conservação e Limpeza; Segurança e Motorista.

7. A segurança do serviço deve ser efetuada pela Polícia Militar ou Guarda Municipal.

6.2 Recursos Materiais:

1. Imóvel com dimensões adequadas de modo a garantir pelo menos 10m² por pessoa, conforme normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para abrigar o número estabelecido de mulheres e seus filhos de menor idade, incluindo espaços para as atuações profissionais, em local que favoreça a segurança e o sigilo;

2. Localização do abrigo, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas, placas de identificação, podendo oferecer um ambiente discreto e propício;

3. Espaço para dormitórios, onde a mulher possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade;

4. Espaços de convivência coletiva (salas de reuniões, grupos e oficinas);

5. Espaços para o refeitório e cozinha coletiva;

6. Espaço para recreação das crianças, preferencialmente contando com áreas externas;

7. Local adequado ao atendimento de primeiros socorros, guarda de medicamentos e outras ações de profilaxia em saúde;

8. Espaço para lavanderia coletiva;

9. Dependências sanitárias compatíveis com o número de pessoas abrigadas;

10. Adequação da estrutura do imóvel aos portadores de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade;

11. Espaço adequado para a equipe técnicas e administrativas, resguardando o sigilo relativo às usuárias do serviço;

12. Infraestrutura administrativa de comunicação e de transporte. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2011, p.12)

Tendo estas premissas em mente, foi elaborado o programa de necessidades com pré-dimensionamento dos ambientes, divididos por setores/níveis de acesso (técnico, íntimo e público), sendo assim, formou-se as seguintes áreas: íntimo, que seriam ambientes de uso majoritário das abrigadas e seus filhos; técnico, espaços que são de acesso majoritariamente de funcionários; e público, que seriam de acesso de todos

O total de ambientes previstos é 56, com área aproximada de 878 m². (Tabela 5)

Tabela 5 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento

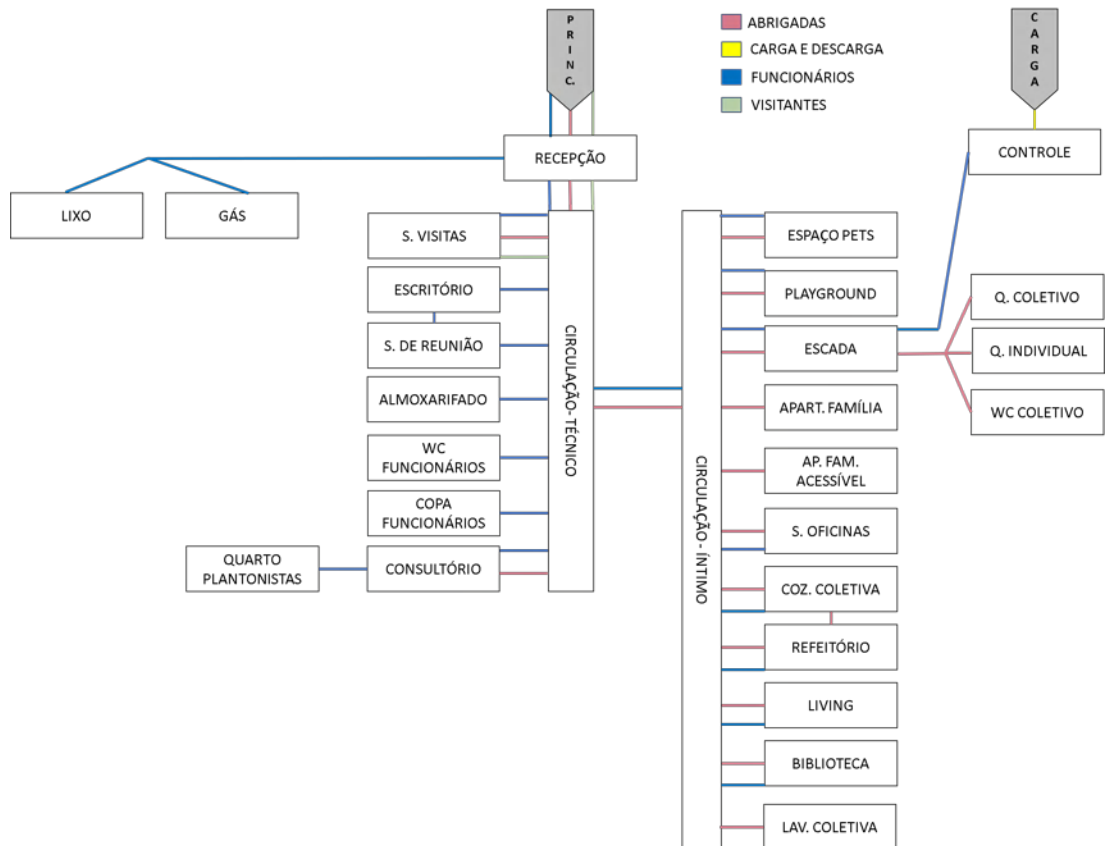
AMBIENTE	QUANTIDADE	DIMENSÃO UNITÁRIA	DIMENSÃO TOTAL	PERCENTUAL APROXIMADO AMBIENTES	PERCENTUAL APROXIMADO SETORES	
APARTAMENTO FAMÍLIA	8	30 m ²	30 m ²	27,2%	74,2%	
APARTAMENTO FAM. ACESSÍVEL	2	30m ²	30m ²	6,8%		
QUARTOS COLETIVOS	2	30 m ²	30 m ²	6,8%		
QUARTOS INDIVIDUAIS	2	15 m ²	15 m ²	1,7%		
WC COLETIVO	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
COZINHA COLETIVA	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
REFEITÓRIO	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
PLAYGROUND	1	45m ²	45m ²	5,1%		
LAVANDERIA COLETIVA	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
LIVING	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
ESPAÇO PETS	1	25 m ²	25 m ²	2,8%		
BIBLIOTECA	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
SALA DE OFICINAS	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		
ESCRITÓRIO FUNCIONÁRIOS	1	30 m ²	30 m ²	3,4%		17,8%
ESCRITÓRIO DIREÇÃO	1	15m ²	15m ²	1,7%		
SALA DE REUNIÃO	1	15 m ²	15 m ²	1,7%		
ALMOXARIFADO	1	8 m ²	8 m ²	0,9%		
WC FUNCIONÁRIOS	2 (1 HOMEM, 1 MULHER)	5 m ²	5 m ²	1,1%		
COPA FUNCIONÁRIOS	1	15 m ²	15 m ²	1,7%		
CONSULTÓRIO	1	15 m ²	15 m ²	1,7%		
QUARTO PLANTONISTAS	1	15 m ²	15 m ²	1,7%		
CARGA/DESCARGA	1	15 m ²	15 m ²	1,7%		
LIXO	1	10 m ²	10 m ²	1,1%		
GÁS	1	10 m ²	10 m ²	1,1%		
RECEPÇÃO	1	20m ²	20m ²	2,3%	4%	
SALA DE VISITAS	2	15m ²	15m ²	1,7%		
TOTAL	38	603m ²	878 m ²	100%	100%	

■ PRIVADO - ÍNTIMO
■ PRIVADO - TÉCNICO
■ PÚBLICO

Fonte: Autoria própria

Foi analisado também a relação entre estes ambientes através de fluxograma e organograma, no qual foi possível perceber a necessidade de duas entradas: a principal e uma de carga e descarga, facilitando assim os fluxos. Verificou-se também a indispensabilidade de ligação entre alguns espaços, como: escritório-sala de reuniões; cozinha-refeitório; consultório-quarto dos plantonistas, entre outros. (Figura 38)

Figura 38 – Organograma e fluxograma



Fonte: Autoria própria



SUPERAR

PREMISSAS

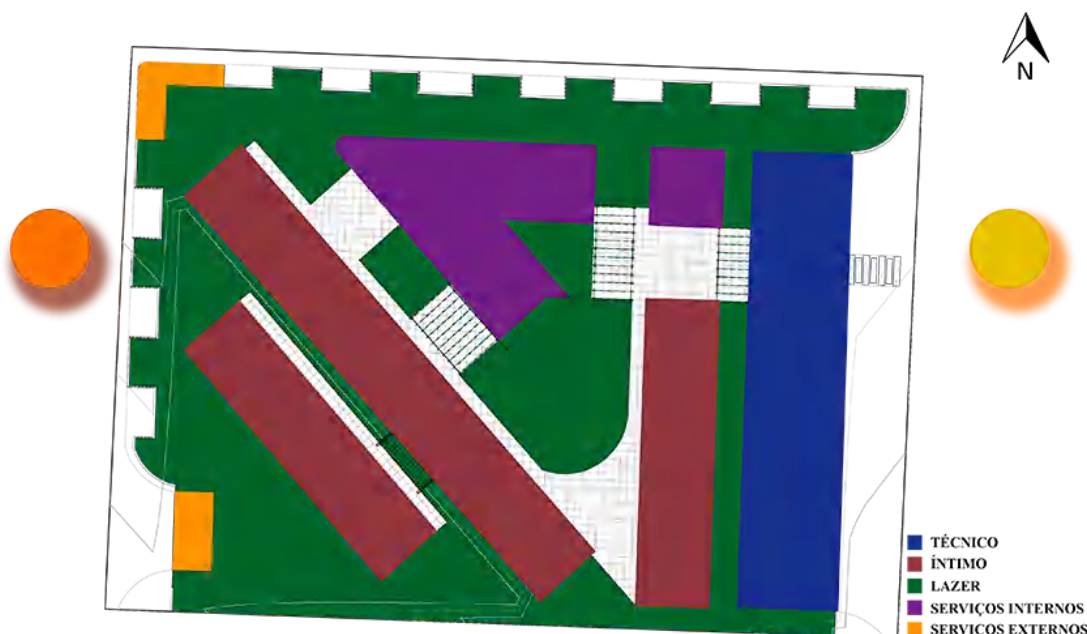
Como a casa-abrigo é um espaço institucional, algumas premissas como acessibilidade, construção econômica e de forma rápida, e funcionalidade estão intrínsecas. Outra questão a ser levada em conta é quanto o objetivo principal da casa-abrigo, a resiliência e recuperação das vítimas, por conta disto, este espaço deve promover ambientes de convivência e subjetividades.

Outros preceitos que apoiaram o trabalho foram quanto a humanização, muito presente nas literaturas de espaços de saúde. Bem como princípios estabelecidos pela Cartilha Building Dignity, como destrinchado no capítulo 2, abordagem pioneira quanto a espaços desta natureza.

ZONEAMENTO

Como a separação física e acústica da parte técnica e íntima do projeto é algo necessário segundo a Cartilha Building Dignity, os blocos são bem delineados, com transições claras entre eles (Figura 39). A intenção da proposta era aproveitar ao máximo o terreno, por isso, a distribuição destes adaptou-se ao formato do lote, o que ajudou a centralizar os ambientes de serviços internos, como cozinha coletiva, lavanderia, living, etc. Outra solução trabalhada foi enfatizar a sensação de casa, ou seja, manter os blocos os mais horizontais possíveis e num único nível, assim, garantindo também a acessibilidade as áreas comuns do edifício.

Figura 39 – Zoneamento proposto.



Fonte: Autoria própria

O zoneamento respeitou os recuos estabelecidos pelo Código de Obras de Campina Grande, onde estabelece cinco metros nas fachadas que sejam de acesso a rua, e dois metros nas que não são. Observou-se também os condicionantes climáticos do local, onde buscou-se posicionar todos os blocos de modo a receber a ventilação leste/sudeste.

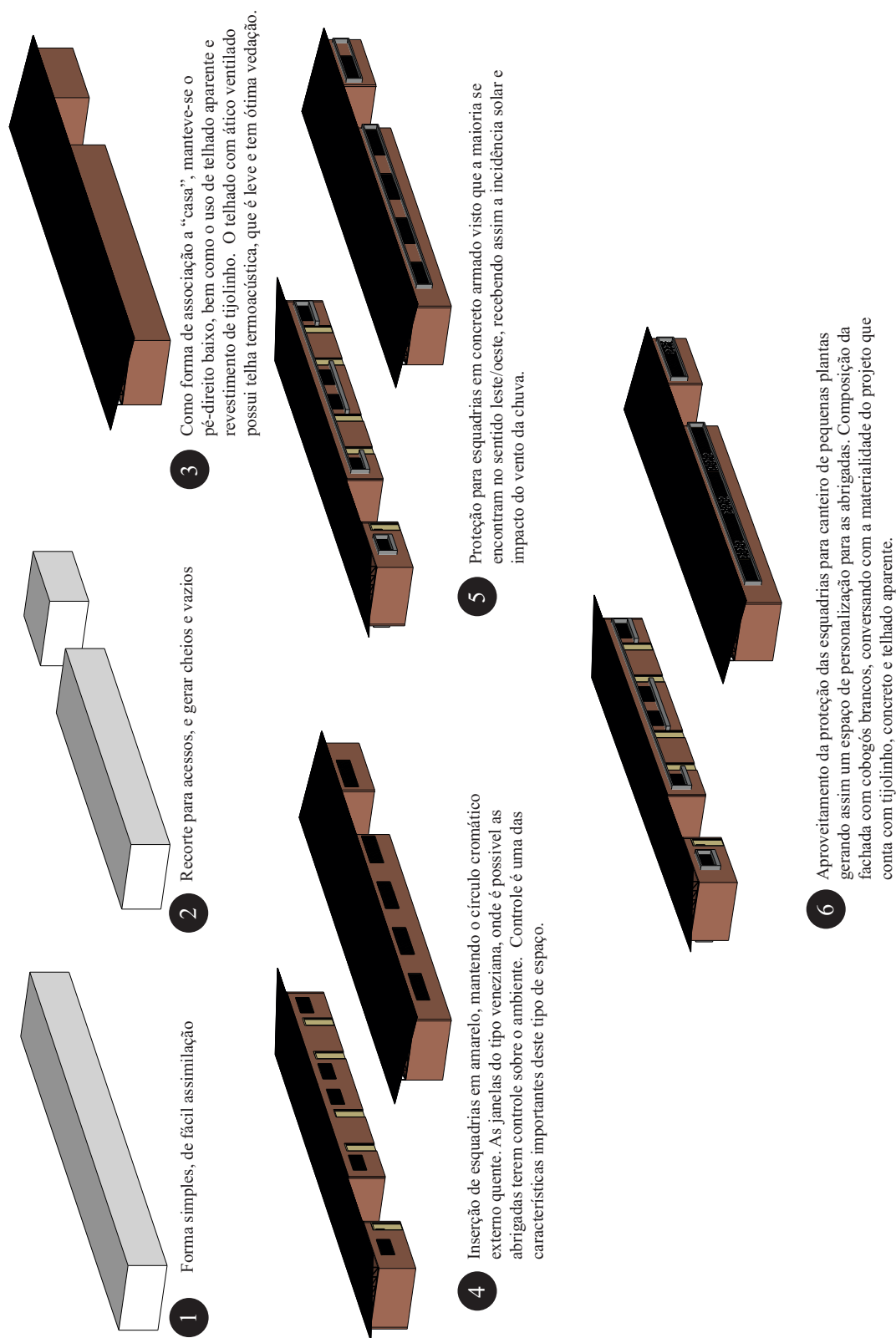
Levando todos esses preceitos em conta, pôde-se formar cinco zonas: 1) Técnico, 2) Íntimo, 3) Lazer, 4) Serviços Internos e, 5) Serviços externos, onde este último diz respeito aos ambientes de serviços que tem contato direto com terceiros, como a casa de lixo, gás e a carga e descarga.

FORMA E MATERIALIDADE

Como foi destrinchado nas premissas, este tipo de edifício por ser de caráter institu-

cional precisa ser de fácil e rápida construção, além de ser funcional, por isso, todos os blocos seguem módulos de 5x6 m e de formato simples, o retângulo (Figura 40).

Figura 40– Forma e materialidade.

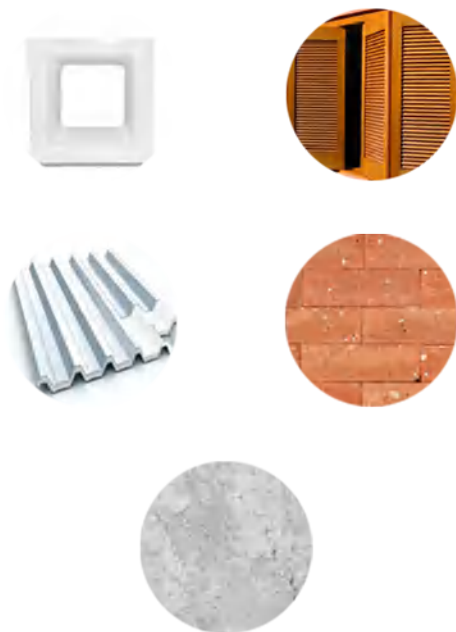


Fonte: Autoria própria

Para manter a ideia de remeter a lar, como o próprio nome já sugere, optou-se por usar o telhado aparente, com beirais robustos, gerando sombra nos corredores e janelas, assim como manter o pé-direito baixo, fazendo uso somente de pavimentos térreos, evi-

tando assim, paredões exacerbados que poucos conversam com a proposta do projeto.

Figura 41– Materiais trabalhados.



Fonte: Autorial própria

Os materiais escolhidos também foram advindos desse objetivo principal (Figura 41), de trazer às abrigadas a sensação de lar, como também, conversar com a arquitetura local. O tijolinho, o telhado aparente, o cobogó branco, o concreto, e as esquadrias em veneziana são leituras comuns que vemos ao visitar construções da nossa região.

PRINCIPAIS DECISÕES PROJETUAIS

Como forma de atender a todos os tipos de vítimas – com filhos ou não; que conseguem conviver em coletivo ou não – foi pensado em diferentes tipologias de alojamentos: os apartamentos para as abrigadas com filhos; os quartos coletivos para as que não tem crianças e que possuem condições psicológicas de dividir espaço com outras pessoas; e os quartos individuais, para as vítimas de violência sexual, que em grande maioria, não se sentem confortáveis para, a priori, conviverem de forma íntima com outras abrigadas (Figura 42).

Figura 42– Quarto coletivo.



Fonte: Autorial própria

Era de suma importância também atender as vítimas usuárias de cadeira de rodas, por isso, foram destinados dois dos dez apartamentos para estas abrigadas, sendo assim, os apartamentos tradicionais ampara até quatro pessoas, os quartos coletivos até oito, os apartamentos PNE até dois indivíduos e o quarto individual, como o próprio nome já diz, uma única abrigada.

Os quartos individuais, por sua vez, possuem alcovas voltadas para circulação, solução utilizada como forma de reintegrar estas mulheres ao convívio coletivo gradativamente, tendo em vista que de dentro de seus quartos podem interagir com outras abrigadas que por ali estejam, sem saírem do seu ambiente de controle.

De forma a atender a esse programa de necessidades tão extenso, com diferentes tipologias e ambientes, foi trabalhado módulos de 5x6 m, com núcleos de áreas molhadas entre os apartamentos (Figura 43), fazendo assim com que a construção se torne rápida e econômica, fatores indispensáveis em edifícios de caráter institucional.

Figura 43– Apartamentos.



Fonte: Autoria própria

As áreas de convivência e lazer do projeto se encontram interligadas, como é o caso do living e do refeitório, formando assim, junto com o playground e os espaços de encontro circunvizinhos, um circuito de convivência e subjetividades (Figura 44). Por estarem no bloco central, conectam e distribuem os ambientes de serviço aos ambientes íntimos.

Figura 44 – Áreas de convivência.



Fonte: Autoria própria

Por toda a proposta é possível encontrar áreas de encontro, como entre o refeitório e a circulação, ou nos recortes para os acessos, como é o caso da escada. Esse tipo de solução reforça a socialização, parte importante da recuperação das vítimas.

Um dos recursos utilizados para prover a todas as usuárias os serviços básicos de uma casa, como lavanderia e cozinha (Figura 45), foi fazer uso de núcleos dentro destas, ou seja, dentro do ambiente da cozinha, há seis núcleos de uso, assim como a lavanderia.

Figura 45 – Esquema de soluções.



Fonte: Autoria própria

O espaço pet foi outra saída encontrada para contemplar totalmente a reabilitação das vítimas, tendo em vista que muitas saem do âmbito da violência, mas continuam a se preocupar quanto a seus animais de estimação, levando-as muitas vezes a ter que voltar ao seu antigo domicílio, arriscando sua vida e a de seus filhos. O espaço conta com três cabines cobertas e uma área descoberta para recriação dos bichanos.

O playground, se encontra no coração do projeto, na ponta do bloco central e é possível ser visto de todos os apartamentos do edifício, facilitando assim o controle das mães, que de suas casas podem vigiar seus filhos (Figura 46).

Figura 46 – Playground.



Fonte: Autorial própria

Os blocos técnico e íntimo são separados visualmente, acusticamente e fisicamente. São afastados, além de ter vegetação entre eles, de modo a garantir a privacidade das abrigadas e o controle dos funcionários para tratar de assuntos internos (Figura 47). Ao transpassar de um para o outro é possível notar suas leituras arquitetônicas diferentes, anunciando a quem entra, sua ambiência diferente pela materialidade.

Figura 47 – Transição técnico-íntimo.



Fonte: Autorial própria

A casa-abrigo tem como premissa a total segurança e anonimato das abrigadas, por essa razão, diferentemente do que é proposto pela literatura do urbanismo, não foi possível trabalhar no limite do terreno os “olhos para rua” de Jane Jacobs. Como forma de atenuar a passagem para os transeuntes, bem como evitar os paredões que agravam a segurança do bairro, optou-se por trabalhar tanto na fachada como no muramento, uma combinação de paredes de alvenaria branca, com revestimento, blocos de tijolos cerâmicos intertravados e vegetação, em zigue-zague. Tornando assim o passeio mais gentil sem perder a discricção que este tipo de espaço exige (Figura 48).

Figura 48 – Fachada principal.



Fonte: Autorial própria

Todas as decisões tomadas tiveram como objetivo a resiliência, a funcionalidade, a acessibilidade e o bem-estar das abrigadas. Visando tornar a estadia destas no abrigo, pós evento tão traumático em suas vidas, uma passagem edificadora e de boas lembranças.

CONCLUSÕES

É incontestável o avanço da luta feminista até chegar em serviços socioassistenciais como a casa-abrigo. Ter hoje em dia espaços como este para mulheres e seus filhos saírem do âmbito da violência e reinventar suas vidas dignamente é, sem dúvida, um progresso, mas ainda há muito o que conquistar, cobrar e fiscalizar.

Durante o governo Temer (2016-2019), a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres que ganhou status de ministério, provedora do programa Casa da Mulher Brasileira, sofreu desmontes. No governo Bolsonaro (atual), o ministério foi completamente desmontado e no seu lugar criado o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde a Ministra Damares Alves decretou o fechamento do programa Casa da Mulher Brasileira de vez alegando não conseguir custeá-lo, prejudicando assim anos de luta e avanço das mulheres.

Por isso, este trabalho reafirma aqui a necessidade de haver mais espaços como estes, proativos na reabilitação de mulheres, reinsserindo-as na sociedade para refazer suas vidas, bem como, o fortalecimento de políticas públicas que fomentem e provenham recursos para elaboração deste tipo de projeto.

Ao elaborar a proposta, foi levado em conta características indispensáveis a este espaço, como acolhimento; personalização pelos os usuários; controle do ambiente; privacidade e segurança; e funcionalidade. O apoio na literatura sobre humanização e na Cartilha Building Dignity foi indispensável ao olhar sensível que precisa lançar a arquitetura sobre este tipo de lugar.

Como em todo projeto de arquitetura, as demandas não acabam quando o resultado é entregue, por isso, a intenção da proposta era apresentar uma solução possível que atendesse a, se não todas, boa parte das necessidades, como também, expor um ponto de vista inusual do que é encontrado neste tipo de espaço, entendendo a arquitetura como um instrumento que transforma e viabiliza qualidade de vida e dignidade.

A Lei Maria da Penha Completo. **Revista Jus Navigandi**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65125/a-lei-maria-da-penha-completo>. Acesso em: 25 out. 2019.

ALVES, André Matias; COURA-FILHO, Pedro. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. **Ciência e Saúde Coletiva**, Belo Horizonte, ano 2001, v. 6, n. 1, p. 243-257, 2001. DOI 10.1590/S1413-81232001000100020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232001000100020&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 set. 2019.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, JACOBS YANIV ARCHITECTS. Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects. In: ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acesso em: 8 ago. 2020.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. **Shelter for Victims of Domestic Violence**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>. Acesso em: 8 ago. 2020.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 601-610, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v17n3/1809-9823-rbagg-17-03-00601.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BEZERRA, Kamylla da Silva; ARAÚJO NETO, Félix. A violência doméstica contra mulher no município de Campina Grande. **Dat@venia**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 112-121, Jan/Jun 2014. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3574-10725-1>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. A importância e o significado da casa abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. **Revista Emancipação**, [S. l.], ano 2006, v. 6, n. 1, p. 205-226, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/79>>. Acesso em: 18 set. 2019

CASA CIVIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 n° Art. 226°, de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2019

CLIMATEMPO. **Previsão do tempo em Tel Aviv**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/previsao-do-tempo/cidade/7236/telaviv-is>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução, n° 109 de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Brasília, ano 2009, n. 225, 25 nov. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth

Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 2012, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 25 set. 2019.

COSTA M.; SERAFIM M.; NASCIMENTO A. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, n. 3, p. 551-558, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222015000300551&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 18 set. 2019.

FORMIGHIERI JUNIOR, Aloisio. **Casa-abrigo em Curitiba para mulheres vítimas de violência doméstica**. 2015. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, [S. l.], 2015. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/9854/1/CT_CO-ARQ_2015_2_1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: [s. n.], 2005. p. 117-135. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Violencia_contra_a_mulher__uma_questao_transnacional_e_transcultural_das_relacoes_de_genero/358. Acesso em: 16 out. 2019.

HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS. **Casa Albergue KWIECO / Hollmén Reuter Sandman Architects**. In: ARCHDAILY. Casa Albergue KWIECO / Hollmén Reuter Sandman Architects. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/775596/casa-albergue-kwieco-hollmen-reuter-sandman-architects>. Acesso em: 8 ago. 2020.

HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS. **KWIECO Shelter House, Moshi, Tanzania**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.hollmenreutersandman.com/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS. **Shelter home in Moshi, Tanzania**. In: FLICKR. Shelter home in Moshi, Tanzania. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/hollmenreutersandman/albums/72157671364672044>. Acesso em: 8 ago. 2020.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 17, ed. 2, p. 69-81, abril/jun 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200008. Acesso em: 17 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA - SENADO FEDERAL (Brasília). Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. 2008. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**, Campinas, 2008. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil> >. Acesso em: 18 set. 2019

OPAS (Organización Panamericana de la Salud), 1993. **Resolución XIX: Violencia y Salud**. Washington, DC: Opas. Mimeografado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Maria da Pena nº Lei 11.340/06, de 7 de agosto de 2006**. [S. l.], 7 ago. 2006. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06#art-7>. Acesso em: 25 out. 2019

ROCHA, Júlia Leutchuk da. **Humanização de maternidades públicas: Um estudo sobre a arquitetura das enfermarias de alojamento coletivo**. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93030>. Acesso em: 27 set. 2019.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE. Textos básicos de Saúde. **Ambiência**, Brasília: Editora MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ambiencia_2ed.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência**, Brasília: Ideal Gráfica e Editora, ano 2011, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>. Acesso em: 27 set. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**, Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 27 set. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Termo de Referência Projetos de Apoio a Criação de Casa Abrigo**. Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3-TERMOS%20DE%20REFER%20ANCIA%202007.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Brasília, 2011. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> >. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases para a violência contra a mulher. **Psicologia, ciência e profissão**, Rio de Janeiro, n. 3, ed. 30, p. 556-571, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262702619_PRECONCEITO_E_DISCRIMINACAO_AS_BASES_DA_VIOLENCIA_CONTRA_AS_MULHERES_Prejudice_and_discrimination_the_bases_of_violence_against_women. Acesso em: 16 out. 2019.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. Femicídio: Uma leitura a partir da perspectiva feminista. **Exaequo**, São Paulo, ed. 34, p. 13-29, 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602016000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2019

ULRICH, Roger S. Effects of healthcare Interior Design on Wellness: theory and recent scientific research. In: SYMPOSIUM ON HEALTHCARE DESIGN, 4, 1991, Boston. **Innovations in healthcare design: selected presentations from the first five symposia on healthcare design**. New York: Sara O. Marberry, 1995. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/13173950_Effects_of_interior_design_on_wellness_Theory_and_recent_scientific_research>. Acesso em: 24 out. 2019

VENTURI, G; RECAMÂM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05629-introd.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019. PORTAL VITRUVIUS. Casa de Jajja. Projetos, São Paulo, ano 19, n. 223.01, Vitruvius, jul. 2019 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.222/7412>>. Acesso em: 7 set. 2020.

WASHINGTON STATE COALITION AGAINST DOMESTIC VIOLENCE - WSCADV. **Building Dignity: Design Strategies for Domestic Violence Shelter**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://buildingdignity.wscadv.org/>. Acesso em: 30 set. 2019. WEATHERSPARK. Condições meteorológicas médias em Moshi, Tanzânia. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/100122/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Moshi-Tanz%C3%A2nia-durante-o-ano>. Acesso em: 8 ago. 2020.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design**. [S. l.]: W. W. Norton & Company, 2005. 400 p